



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO – CEDUC
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA**

ALEX PEREIRA DA SILVA

**O “MAL ESTAR” NA COMUNIDADE: DA ASCENSÃO À DECADÊNCIA DAS
CASAS DE FARINHA EM LAGOA DO BARRO**

CAMPINA GRANDE - PB

2017

ALEX PEREIRA DA SILVA

**O “MAL ESTAR” NA COMUNIDADE: DA ASCENSÃO À DECADÊNCIA DAS
CASAS DE FARINHA EM LAGOA DO BARRO**

Trabalho de Conclusão de Curso
Apresentado Como Requisito Obrigatório
Para a Obtenção do Título de Licenciado
em História, Pelo Curso de História da
Universidade Estadual da Paraíba
(UEPB).

Orientadora: Profa. Dra. Patrícia Cristina
de Aragão

CAMPINA GRANDE - PB

2017

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

S586m Silva, Alex Pereira da
O "mal estar" na comunidade: da ascensão à decadência das casas de farinha em Lagoa do Barro [manuscrito] / Alex Pereira Da Silva. - 2017.
95 p. : il. color.

Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2017.
"Orientação: Prof. Dr. Patrícia Cristina de Aragão, Departamento de História".

1.História oral 2.Casa de farinha 3.Identidade histórica I.
Título.

21. ed. CDD 901

ALEX PEREIRA DA SILVA

**O "MAL ESTAR" NA COMUNIDADE: DA ASCENSÃO À DECADÊNCIA DAS
CASAS DE FARINHA EM LAGOA DO BARRO**

Trabalho de Conclusão de Curso
Apresentado Como Requisito Obrigatório
Para a Obtenção do Título de Licenciado
em História, Pelo Curso de História da
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB).

Orientadora: Profa. Dra. Patrícia Cristina
de Aragão

Aprovado em: 09 / 08 /2017

BANCA EXAMINADORA

Patrícia Cristina de Aragão

Profa. Dra. Patrícia Cristina de Aragão – DH/UEPB
ORIENTADORA

Maria do Socorro Cipriano

Profa. Dra. Maria do Socorro Cipriano – DH/UEPB
EXAMINADORA

José Adilson Filho

Prof. Dr. José Adilson Filho – DH/UEPB
EXAMINADOR

CAMPINA GRANDE - PB
2017

Dedico ao meu saudoso e farinheiro avô que, junto a todos os farinheiros de Lagoa do Barro, construiu um espaço que fabricou muito mais do que apenas farinha.

AGRADECIMENTOS

Muitos nomes podem ser citados como importantes para a conclusão de mais uma etapa em minha vida profissional, pessoal e humana; todavia, como a feitura de um narrador é construída com uma tesoura à tiracolo não posso buscar a completude de me dirigir a todos. Neste caso, destaco primeiramente este trabalho ao meu querido avô materno, Manoel Raulino, que apresentou-me a casa de farinha e nela fez-me grande parte do que sou hoje. Dedico também ao meu pai (Antônio da Silva) que traz em cada calo de sua mão a promessa fornecer-me uma vida digna, assim como, minha mãe (Ana Maria Pereira). Em segundo momento dedico esta breve e tímida exposição ao meu querido avô paterno Josias Domingos que veio a falecer a pouco tempo, descanse em paz querido batalhador que recebia da terra seu alimento irrigado pelo seu suor.

Além destes quatro grandes personagens de minha vida pessoal, agradeço a minha esposa Mariana Janaína, por entender as noites mal dormidas, a falta de atenção, de tempo e de afeto. E também por compreender o tempo que passo com a minha mais querida e fabulosa musa: Clio.

Na minha estada docente não poderia esquecer meus caros colegas, principalmente, meus amigos de longa data José Eudes Ferreira (a quem chamo carinhosamente de Hobsbawm) e o querido Jocimar Henriques. Aos companheiros de outras áreas destacando o filósofo Roberto Pereira Veras, o Romancista Oziel Rodrigues e toda equipe do Pró-enem. Também não poderia esquecer os coordenadores do curso, professor Faustino e Adalberto, obrigado pela oportunidade.

Dentro da vida estudantil divido-me em dois momentos: primeiramente, agradeço ao professor Roselito de física pela atenção, profissionalismo e a sua peculiar forma de tratar os alunos, grande parte de minha disposição pela docência partiu dele. Ao grande professor historiador Cicero Agra e as aulas apaixonantes sobre história da Paraíba. A minha querida professora de Redação que possui a mais sincera e profunda admiração, Rosilda Pereira da Silva. Sem mais delongas a todos os professores do ensino básico que ajudaram em minha construção profissional, cidadã e humana.

Mediante o meio acadêmico destaco os nomes dos professores Matusalém Alves; Ofélia Maria; Welington; ao saudoso Josemir Camilo (agradecimento especial por inspirar a ideia deste trabalho); Adonhiram Santos; Kátia Ramos; Maria de Lourdes (BABI); a querida Maria Giseuda que deixou muitas saudades com sua aposentadoria; ao caro professor Eduardo Guerra; ao querido professor Rodrigo Henrique; Ramsés Nunes; Gilbergues Santos; Anselmo; Bruno Gaudêncio; a professora Maria Lindaci; e ao vascaíno Francisco Dias.

Como agradecimentos especiais destaco a professora e amiga Priscila Formiga, um obrigado por tudo; ao exemplo de profissional e de ser humano chamada Maria do Socorro Cipriano; ao professor, intelectual e amigo Carlos Cirino; ao meu antigo orientador de Teoria da História Jefferson Nunes (por me fazer apaixonado por epistemologia); a professora Luíra Freire e ao professor Flávio Carreiro pelas oportunidades acadêmicas que me propiciaram, assim como, as palavras certas nos momentos difíceis; a professora Maria Jackeline Feitosa e o constante exemplo demonstrado de como ser um profissional, cidadão, humano... enfim, elenco-a como uma espécie de devir; a professora Auricélia Lopes Pereira a quem resguardo um extremo carinho, agradecimento, admiração e respeito. Gostaria de deixar por escrito meus mais sinceros agradecimentos pela abertura dos horizontes docentes em minha caminhada, pois o PIBID foi uma notável experiência, daquelas que às palavras não bastam; ao grande amigo que a cada dia o admiro mais, José Adilson Filho teórico, historiador, político, belo-jardinense... amigo pra toda hora; a mais que querida, professora Patrícia Aragão, a quem agradeço pelas oportunidades acadêmicas e humanas que tem me propiciado, pois, de nada vale o esforço se às oportunidades não aparecerem.

Um obrigado a todos que me ajudaram de forma direta e indireta nesta pesquisa; à Djanira e família que me cederam gentilmente as fotos; a todos que contribuíram com entrevistas e a cada impressão passada para o melhoramento do trabalho

E a meus amigos de quem não posso nunca esquecer: minha irmã Andreia; seu marido Marcos; Weston; Ednaldo; Valberto; Matheus (o padre); Rafael (ecce homo); Luan Jorran; e todos aqueles que alguma forma contribuíram para a feitura deste pequeno, mas, representativamente importante trabalho; muito obrigado.

O “MAL ESTAR” NA COMUNIDADE: DA ASCENSÃO À DECADÊNCIA DAS CASAS DE FARINHA EM LAGOA DO BARRO

RESUMO

O presente trabalho busca apresentar e analisar um caso singular decorrido na comunidade chamada Lagoa do Barro (situada na zona rural do município de Lagoa Seca – PB), também conhecida como São João Batista, em torno do espaço da Casa de Farinha até meados da década passada. Mediante esta intenção primária e embasado teoricamente em autores como Thompson (1981, 2008, 2011), Certeau (2008, 2011, 2012), Nora (1992) dentre outros que pontualmente nos fornecerão suporte de análise; juntamente, à uma pesquisa de campo que incorporou atributos da história oral (pautando-se em entrevistas realizadas com indivíduos que vivenciaram a relação com a casa de farinha), assim como, fontes pictóricas (fotos dos eventos ocorridos nas casas de farinha da comunidade referida); buscaremos construir uma linha de percepção que procure demarcar a emergência-afirmação-decadência do ambiente da casa de farinha enquanto um símbolo de coesão social para a alusiva comunidade. Diante do exposto, salientamos que o referente estudo se direcionou para a percepção da casa de farinha em duas vias: da objetividade à definição simbólica, por conseguinte, construindo uma interpretação sobre o declínio destes espaços como o fomentador de um *mal-estar* para a comunidade sob investigação, para tanto, traçaremos um percurso que reforçará tal premissa.

Palavras-chave: Ascensão. Casa de Farinha. Decadência. Identidade. Mal-Estar. Pertencimento.

THE “ILLNESS” IN THE COMUNITIY: FROM ASCENSION TO THE DECAY OF FLOUR HOUSES FACTORY ON LAGOA DO BARRO

ABSTRACT

This paper has a focus to show and analyse a specific problem happened in community also known Lagoa do Barro (localtion in rural área of Lagoa Seca Town – PB), also called as São João Batista, around of the space of flour house since decades ago. Through this first intention and theoretically based into authors as Thompson (1981, 2008, 2011), Certeau (2008, 2011, 2012), Nora (1992) among others that promptly give us support for analysis; jointly, with the research field that incorporated attributes of oral history (guiding for interviews realized as individual that lived a relation with the flour house), as well as, pictorial souce like (Events images was occur at four house that it was mentioned before): We go will buiding as a line of perception who it’s find to delimit the emergency-affirmation-decadence do space of flour house, while a cohesive symbols to the referred by that community. On face this, we emphasized that the referral study was directed for a perception of the flour house in two ways, since of the objectivity through symbolic definition, therefore, it’s constructing a interpretation on the decadence this place as a developer of the illness to the research goes up, therefore, we will trace a rote that strengthen them.

Keywords: Ascension. Flour House. Decadence. Identity. Pertain.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1.1: Uma ilustração sobre o preparo de farinha do século XVI.....	26
FIGURA 1.2: Roda de raspagem de mandioca.....	35
FIGURA 2.1: Mapa do município de Lagoa Seca.....	42
FIGURA 2.2: Celebração de uma missa em uma casa de farinha.....	47
FIGURA 2.3: Os principais patriarcas e matriarcas da comunidade reunidos depois de uma cerimônia em uma casa de farinha.....	48
FIGURA 2.4: Celebração de primeira eucaristia em uma casa de farinha.....	49
FIGURA 2.5: Visita da pastoral do dízimo à casa de Farinha.....	50
FIGURA 2.6: Comemoração de um casamento comunitário realizado em uma casa de farinha.....	52
FIGURA 2.7: Celebração de um batismo realizada em uma casa de farinha.....	53
FIGURA 2.8: Quadrilha junina realizada na Casa de Farinha.....	54
FIGURA 2.9: Encontro de jovens realizado na casa de farinha.....	55
FIGURA 2.10: Reunião da associação de agricultores na casa de farinha.....	57
FIGURA 3.1: Habitação construída sobre o espaço onde era uma Casa de Farinha.....	84
FIGURA 3.2: Casa de Farinha abandonada.....	85
FIGURA 3.3: Espaço onde foi a principal casa de farinha da comunidade.....	87

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
CAPÍTULO I	
DE “TEATRO” ESTABELECIDO À “CONTRA-TEATRO” POSSÍVEL: UM PANORAMA INVESTIGATIVO ACERCA DAS FEITURAS DISCURSIVAS QUE COMPUERAM A CASA DE FARINHA.....	21
1.1. A casa de farinha como discurso convencionalmente estabelecido: um olhar acerca do <i>teatro</i> economicista.....	24
1.2. A categoria Trabalho como fomentadora de um “ <i>contra-teatro</i> ” na casa de farinha.....	31
CAPÍTULO II	
A CASA DE FARINHA COMO UM SÍMBOLO DA COESÃO SOCIAL NA COMUNIDADE SÃO JOÃO BATISTA: MEMÓRIAS E USOS DO ESPAÇO FARINHEIRO.....	40
2.1. As características da comunidade São João Batista dentro do contexto Lagoa-sequence.....	42
2.2. Os bastidores da peça cotidiana dos farinheiros como o fomentador da singularidade da comunidade São João Batista: do <i>lugar ao espaço</i>	44
2.3. As narrativas que manifestam a antiga coesão da comunidade São João Batista com a casa de farinha: memórias farinheiras como afirmação desta identidade.....	58
CAPÍTULO III	
O “MAL ESTAR” NA COMUNIDADE: A DECADÊNCIA DAS CASAS DE FARINHA EM LAGOA DO BARRO.....	70
3.1. Os tramites para a decadência das casas de farinha na comunidade São João Batista: da estrutura funcional ao símbolo.....	72
3.2. O presente das Casas de Farinha na comunidade São João Batista: uma breve exposição sobre um profundo panorama de esquecimentos.....	82
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	88
REFERÊNCIAS.....	91

INTRODUÇÃO

Os campos da história e da historiografia vem se reformulando desde a época de suas emergências científicas, datadas posteriormente às contribuições do prussiano Leopold Von Ranke. Não que anteriormente a alusiva figura ocorresse um plano involucro de continuidades, mas, com a implementação do método, a história saber, ganhou mais possibilidade de transitar com as próprias ferramentas teórico-metodológicas, por ventura disto, acelerando o seu processo de transformação.

Partindo deste pressuposto, a partir do século XIX as alterações no campo das investigações da história tornaram-se mais aparentes, sobretudo, no que tange aos objetos de estudo; a teoria, tempo, percepção acerca do sujeito, ideia de verdade; a metodologia de pesquisa, do particular ao global – qualitativo em oposição ao quantitativo; as abordagens; as fontes, das oficiais às de caráter oral; assim como, o lugar do historiador interligado a este processo que em primeira instância voltava-se para uma suposta objetividade em dissonância com a concepção atual que apresenta uma intrínseca subjetividade do narrador na construção das narrativas.

Perante o conjunto de mutações que acometeram a escrita da história que, por sua vez, corroboraram em uma miscelânea de pesquisas dentro do campo de produção dos filhos de Clio, coube-nos a enfatizar três pontos que caracterizamos como principais para introduzir nosso objeto de estudo, são eles: os ditames dos objetos de estudo; o lugar do historiador mediante a construção da narrativa; e, para finalizar, a concepção de fonte em torno das transições interdisciplinares que marcaram o incurso da escrita da história.

Como primeiro ponto destacado, percebemos uma notável transitoriedade dos objetos de estudo da história e suas composições desde a demarcação científica deste saber até dias presentes. Naturalmente, devido às transformações que vem ocorrendo desde o século XIX, a questão do objeto, foi e ainda é de notável importância para a escrita/produção do historiador, todavia, as predisposições que legitimam este atributo de sumária importância acompanharam os olhares filosóficos do saber histórico transitando de uma visão meramente imbuída de atribuições políticas, salientamos que a noção de política se centrou nas

instituições; passando pelo olhar voltado para às estruturas econômicas e sociais; até alcançar o campo dos estudos culturais.

Devido às diversas modificações que ocorreram no olhar dos historiadores, alguns dos atributos da historiografia ganharam mais imponência em suas respectivas épocas e, como consequência disto, destacamos a frase que mais personifica a ideia de história e suas definições, em suma, uma “ciência dos homens no tempo” (BLOCH, 2002, p. 55). Diante do exposto, advogamos que o princípio da história saber serve aos anseios de seu tempo de inserção.

Em completude com este destaque, para caráter de exemplo, não poder-se-ia analisar a efervescência de uma história política que engrandece-se os ícones nacionais de um povo, deslocando-a da emergência da ideia de nação europeia oitocentista; conseqüentemente a isto, não seria prudente a um filho de Clio interpretar a emergência do discurso voltado para as análises sociais e econômicas fora do contexto conhecido pelas grandes deformidades do capitalismo na década de 1920–30, juntamente ao término de uma guerra de notável impacto, por isso, “as variantes econômicas tornaram-se os aspectos pelos quais a sociedade dos anos 20 e 30 se pensavam, e é nesse ambiente que a revista econômico e social de Bloch e Febvre evoluiu como peixe dentro d’água” (DOSSE, 2003, p. 35); e, em último, mas não menos fundamental ponto, a vinculação de uma concepção cultural dos estudos da história junto aos movimentos que ocorreram em 1968, pois, a partir daquele marco para às diferenças nas identidades, que, deveriam ser afirmadas/indagadas através de arquétipos sustentados no campo das análises culturais e de caráter linguístico-discursivo; a história, passou a ser implodida¹. Neste caminhar, a história passou a assumir novos contornos. Em consequência destas proposições, podemos completar que não o lócus da história é determinado por um tempo, mas sim, a hegemonia deste saber o é.

Em segundo ponto, percebemos um deslocamento da condição do historiador enquanto construtor de narrativas. De um suposto cientista aos moldes de saberes como a física, portanto, em busca da objetividade; à inserção de uma subjetividade inerente às intencionalidades do próprio. Mediante as intermitências que subjugarão como inférteis uma busca da objetividade na história, por consequência, desconstruindo o argumento de uma “necessidade para a

¹ Alusão às novas proposições que surgiram pós os movimentos de 1968. Notadamente, pode-se salientar o declínio do projeto de indivíduo universal e a emergência do sujeito “multi-facetado”.

sobrevivência científica”; os analistas, passaram a interrogar as condições que envolviam a formação social, cultural, política e econômica em que o historiador estava imerso, pois estas acabavam influenciando-o. Cabe-se enfatizar que estas problematizações vinham desde o *relativismo historicista*², todavia, pode-se dizer que na concepção atual de historiografia, o *métier* do historiador designa que cada atributo construído pelo próprio tramita em consonância com o *lugar social e institucional* que ele foi formado, assim, podemos definir que a neutralidade se tratou de uma tentativa frustrada da *história saber* incorporar preceitos das ciências da natureza, por conseguinte, inferimos que: *o patoá historiográfico representa as relações que estabelecem a personificação institucionalizada de uma narração*³.

Frente a esta breve composição que prenuncia a legitimidade da inserção do nosso estudo para o campo da historiografia, deparamo-nos com o *elixir* que mantém os filhos de Clio nutridos: as *fontes*. Sim, no plural devido as suas multifacetadas da atual conjuntura epistemológica e metodológica deste saber. Antes de qualquer coisa, enfatizamos que não se trata de formular aqui uma história das fontes, mas sim, de uma sucinta inquirição que acompanhada das transformações teóricas e dos objetos tornaram o material que legitima a função do historiador bastante expandido, principalmente, com os diálogos interdisciplinares com saberes como a semiótica e a antropologia. Dentro destas composições acerca das fontes vieram a emergir novos estudos que não seriam possíveis através de uma via de *mão única na história*⁴, como pregavam os metódicos franceses. Neste sentido,

² Menção as problematizações direcionadas sobre a objetividade do historiador fundamentada pelo historicista Johann Gustav Droysen. Ver in: BARROS, José D’Assunção. Droysen: Os Desdobramentos Relativistas do Historicismo. In: **Teoria da história 4: acordes historiográficos – uma nova proposta para a teoria da história**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011, pp. 97-128.

³ Neste ponto, destacamos a apresentação da “ante-sala” do fazer historiográfico defendida pelo historiador francês Michel de Certeau que, segundo o próprio, trata-se de uma operação de funcionamento bastante complexo. Por consequência disto, dentro das disposições propostas no incurso de cada narração historiográfica se destacam as condições que formatam a legitimidade de uma análise do campo da história. Ver in: CERTEAU, Michel de. Operação historiográfica. In: **A escrita da história**. Tradução de Maria de Lourdes Menezes; Revisão técnica de Arno Vogel. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011, pp. 45 – 111.

⁴ Ênfase a concepção de documento defendida pelos integrantes da Escola metódica. Estes historiadores concebiam as fontes como meramente oficializadas, em consequência disto, construíam uma narrativa que edificava alguns agentes da história, tendo em vista, a construção de grandes ícones à serem personificadores de uma ideia de nação. Segundo a filósofa Marilena Chauí (2001) estas constituições discursivas buscavam construir semióforos, este que trata-se de um signo trazido à frente ou empunhado para indicar algo que significa alguma outra coisa e cujo valor não é medido por sua materialidade e sim por sua força simbólica: uma simples pedra se for o local onde um deus apareceu, ou um simples tecido de lã, se for o abrigo usado, um dia, por um herói, possuem um valor incalculável, não como pedra ou como pedaço de pano, mas como lugar sagrado ou relíquia heroica” (p.8-9). Em suma, nesta composição analítica, o semióforo, se esboça e se institui

podemos avaliar uma transição com notáveis ampliações, principalmente, a partir do movimento da *escola dos Annales*, as fontes, passaram a assumir novas designações não ligadas meramente às então oficiais, mas também, às fontes seriais, orais, pictóricas, em suma, uma expansão que contribuiu em demasiado para o alargamento dos já mencionados objetos no campo das análises históricas.

Através desta breve exposição, enfatizamos que com a entrada dos estudos da história cultural os assuntos até então marginalizados – entre diversas concepções, por ser derivado de uma *base* (como defendia uma vertente estruturalista da história) ou sem relevância por não seguir a edificar os supostos grandes nomes (como pregavam os metódicos) – passaram a englobar novas e necessárias importâncias, entretanto, ainda longe de completar a *colcha de retalhos*⁵ que referencia a designação da trajetória delimitadora das pertenças humanas e estes silêncios ainda aparecem com notáveis saliências. Imbuído destes aspectos, este estudo busca delimitar-se analiticamente sob as casas de farinha e suas representações como fomentadoras das identidades na localidade colocada sob investigação, juntamente, à construção da própria como um marco simbólico que alcançou se apogeu, assim, prefigurando um “mal-estar”.

Acompanhando a designação que fomentou as primeiras proposições acerca deste objeto, erigimos como nosso campo de pesquisa a comunidade São João Batista – também conhecida como Lagoa do Barro – situada na zona rural do município de Lagoa Seca, região agreste do estado da Paraíba. Neste sentido, as escolhas que circundaram a fundamentação deste estudo, guiaram-se através de

através da exposição caracterizada de ícones construídos pelas narrativas históricas, que foram transportados do “polo natural” de sua existência como homens mortais, para se transformarem tanto em heróis de nação a serem dignamente/devidamente cultuados.

⁵ Alusão a concepção metafórica de história designada pelo filósofo e historiador alemão oitocentista Wilhelm Dilthey. Neste sentido, pode-se inferir esta referência como sendo o conjunto de variantes representativas que designam a concepção humana como construída a partir de uma razão enunciada nos conjuntos de saber que demonstram às diversas percepções, assim, o caminhar metodológico que aglutinaria estas diferentes representações vem a constituir as ciências do espírito. Ver in: DILTHEY, Wilhelm. **Tipos de concepção de mundo**. Tradução de Artur Morão. – Lisboa: LusoSofia Press, 1992; DILTHEY, Wilhelm. **Introducción a las ciencias del espíritu**. Tradução de Eugenio Imaz. – 2. ed. – Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1949. Esta definição foi aqui utilizada pois um dos principais fundamentos do discurso histórico na atualidade se resguarda na legitimação de uma consciência histórica que carece de um reconhecimento do interlocutor da narrativa, por conseguinte, o *retalho* que buscamos inserir na *colcha* busca viabilizar o conhecimento destes farinhaes no discurso historiográfico, paralelamente, o reconhecimento dos próprios no discurso do campo da história, salientando que os filhos destes agentes silenciosos estudam na escola Francisca Martiniano da Rocha e que recebem uma educação não conivente com as condições existenciais vivenciadas no campo, logo, este, toma o estigma de uma necessária exclusão para a evolução tecno-científica dos centros urbanos.

uma investigação constituída sob os traços epistemológicos da história cultural e que trouxe consigo o objetivo de descrever e analisar o quão foram importantes os espaços das casas de farinha para a construção da identidade dos habitantes da comunidade indicada, juntamente à decadência das próprias como um marco simbólico formador de um mal-estar.

Dito isto, avaliamos como sendo mais viável a construção de uma investigação que referenciou-se através de um estudo de caráter qualitativo, principalmente, devido ao nosso intuito que não buscou quantificar as caracterizações que permearam a identidade dos farinheiros, mas sim, procurando *apresentar voz ao silêncio historiográfico que se constituiu até dias presentes* acerca daquele espaço. Assim, acompanhados de um compromisso memorial, procuramos apresentar os traços existenciais de um espaço de transformação material personificador de grande parte de um grupamento de sujeitos históricos que assumiam-se integrados e posteriormente ao apogeu desta época encontram-se desguarnecidos naquilo que chamam de comunidade.

A partir desta breve designação que fundamentou idealmente esta investigação, referenciamos nos teoricamente nos estudos de Edward P. Thompson (1981, 2007, 2011) no que tange a ideia de uma economia rústica que foge ao *ethos* capitalista, designada pelo próprio como uma *economia moral*. Juntamente, à esta primeira disposição conceitual destacamos a concepção de *experiência* como o lastro que fundamentou a identidade dos farinheiros, assim como, a singularidade que permeou o grupamento humano que se encontra sob análise. Em consonância a isto, embasamo-nos na teoria deste historiador inglês para interpretarmos a configuração do sentido comunal para os farinheiros em detrimento do espaço que eles ocuparam ao longo e fora do processo produtivo, dentro fisicamente e simbolicamente do ambiente das casas de farinha. Ainda neste caminhar, destacamos, que buscamos perceber a identidade na comunidade, que se encontra sob estudo, constituída através do *fazer-se* da própria, assim, implicando em uma ação de protagonismo que fundamentou uma auto-afirmação deste lugarejo denominado de Lagoa do Barro.

Além dos estudos que incorporaram as interfaces teóricas do historiador inglês mencionado, enfatizamos as definições de dois conceitos alcunhados pelo historiador francês Michel de Certeau (2008), quando este analisa as relações

cotidianas de protagonismo dos *homens ordinários*, respectivamente: a concepção de *espaço* e de *lugar*. Diante dos conceitos do intelectual mencionado, construímos uma interpretação dos *usos* que foram estabelecidos nos espaços das casas de farinha, por conseguinte, foi possível ser verificado/interpretado que estes não se resguardavam somente ao beneficiamento da mandioca, mas também, a produção de uma comunhão no trabalho que se estabelecia no cotidiano dos farinhaeiros, assim como, nas celebrações com o divino que aconteciam nestes recintos, juntamente às reuniões que eram realizadas para diversas finalidades. Assim, mediante os dois lastros epistemológicos que foram apresentados como condutores desta análise, utilizamo-nos ainda, de outros autores que contribuíram fortuitamente e pontualmente para a configuração deste estudo.

Metodologicamente, guiamo-nos por uma revisão bibliográfica para a problematização das interpretações construídas sobre o ambiente da casa de farinha, juntamente a isto, baseamo-nos em um estudo de campo que incorporou atributos da história oral, pois, segundo Delgado (2010), ela possibilita ao pesquisador-historiador um diálogo mais corpóreo com as memórias que também são fontes históricas, aqui utilizadas como base para a construção dos alicerces da referente investigação. Não memórias desagregadas que se construíram sem a especificidade do *lócus*, mas sim, através de entrevistados que foram meticulosamente selecionados por possuírem grande parte de sua vivência dentro das casas de farinha, especificadas ao longo da narrativa que está por seguir, sobretudo, devido ao valor simbólico para eles destes espaços.

Ainda especificando acerca de nossos entrevistados, salientamos que a escolha deles foi motivadora e atribuidora do recorte temporal trabalhado nesta investigação, pois, os agentes mais antigos das casas de farinha na localidade de Lagoa do Barro faleceram há alguns anos. Desta forma, seguindo as limitações que formataram o incurso desta pesquisa, principalmente, porque às disposições memoriais daqueles que encontram-se falecidos traziam relações mais profundas com as casas de farinha que as novas gerações, sobretudo, porque estas trazem consigo uma relação mais voltada para um *atravessamento* dos signos do urbano no rural; estipulamos como possíveis entrevistados os farinhaeiros que estabeleceram as suas identidades assumidamente no espaço já indicado.

Dentro do campo da história oral, confeccionamos uma seleção prévia de personagens que vivenciaram grandes partes de suas vidas com as casas de farinha e que ainda são residentes de Lagoa do Barro. Podemos destacar as participações de Carlos José Pereira (53 anos); Luciano Arruda (49); Edivânia Gertrudes (34); Cesar Gertrudes (42); Ana Maria Pereira da Silva (46); Andreia Barbosa (30); e José de Arimatéia Plácido. Todos aceitaram participar das entrevistas e assinaram um termo de livre consentimento desta pesquisa⁶. Juntamente à designação dos respectivos depoentes faz-se necessário referir-se que o recorte temporal foi atribuído devido às possibilidades narrativas designadas pelos próprios, mais precisamente à Lagoa do Barro entre os anos de 1995-2010.

Paralelamente ao uso da história oral, estabelecemos um diálogo com fontes iconográficas, pois estas, deixaram os traços das experiências que foram construídas naquela comunidade dentro do ambiente da casa de farinha. Em decorrência disto, destacamos que as bases que nos empregaram o uso das imagens fotográficas emergiram a partir de suas quatro constituições condicionantes à uma análise de caráter histórico, respectivamente:

1) A *conexão física*, a imagem captou algo que realmente existiu na frente da objetiva; 2) A *singularidade*, a foto revela a presença de um único referente; 3) A *designação*, as indicações sempre presentes do “veja”, “olhe”; e, 4) O *testemunho*, ao atestar a existência de uma determinada realidade. Todavia, (...) a iconografia não fala por si só, é preciso que o historiador faça inquirições ao que delimitou enquanto documento histórico (AIRES, 2013, p.242).

E, para atestar ainda mais a importância do uso da iconografia para a referente análise, inferimos que ela tornou possível a construção de uma melhor análise da arquitetura das casas de farinha, assim como, o testemunho ocular do que fora representado pela e na casa de farinha para aqueles que se confraternizaram mediante, perante e dentro daquele recinto. A consonância dos relatos com as fotografias foi de sumária importância porque não se tornaria possível a construção de uma narrativa a partir dos documentos oficiais, sobretudo, pelo não uso da formalidade para aqueles que utilizavam e reinventavam estes ambientes no lócus da nossa pesquisa.

⁶ Além da história oral, foram aplicados pequenos questionários para instrumentalizar questões adjacentes que puderam dar suporte à interpretação do presente da comunidade, sobre escolaridade e campo de atuação profissional. As referidas estão situadas nos anexos.

Destacando-se a intenção primária que comportou o objetivo, a teoria e a metodologia criadoras do lastro fundamentador desta pesquisa, cabe-nos agora apresentar a problemática que baseou o incurso desta investigação, pois, a partir das indicações teóricas da *escola dos Annales*, a história, tem por indicação seguir uma reversão temporal a-linearizada, por consequência, guiando-se por problemas do presente que formulam perguntas ao passado⁷; diante desta proposição, a *pedra de toque* desta investigação se constituiu no constante desaparecimento (ou de-uso) das casas de farinha na comunidade especificada.

Mesmo seguindo esta problematização, no que tange as causas do recorrente abandono destes espaços, salientamos, que o foco de nossa abordagem se fundamentará na relação de emergência-afirmação-dissolução da casa de farinha enquanto um símbolo de coesão social para a comunidade sob estudo, desta forma, enfatizaremos como a principal base da narrativa as interfaces da casa de farinha.

Para dar início a esta breve apresentação, acreditamos que faz-se necessário uma breve descrição da relação estabelecida com o objeto de estudo. Assim, posso afirmar que dentro do ciclo acadêmico da graduação, envolvi-me com diversas temáticas e possíveis áreas de pesquisa, todavia, no dia 04/11/2013 (ainda cursando o 2º período do curso) foi estabelecido este objeto de estudo, através de uma palestra ministrada pelo professor Josemir Camilo de Melo. Apesar da ideia tornar-se emergente a intenção de trabalhar com este objeto tomou diversas interfaces, salientando que a casa de farinha foi parte sumariamente importante de minha formação enquanto sujeito histórico. Da infância à juventude. Foi no espaço das casas de farinha que estabeleci minhas primeiras relações de amizade, assim como, foi neste espaço que vivenciei, em grande parte, traços marcantes de minha curta mais profunda vida.

Com o período de “longa maturação” do objeto (3 anos mais ou menos), surgiram diversas e possíveis intenções para a abordagem, entretanto, muitas tornaram-se impróprias devido à indisponibilidade da pesquisa. Dito isto, inferimos que com a transformação da concepção de objetividade do historiador para a (in) consciência da subjetividade na construção de uma narrativa, acreditamos que a

⁷ Referência direta a ideia de história defendida pelos historiadores Marc Bloch e Lucien Febvre que observavam que o fio condutor das narrativas históricas deveriam obedecer aos anseios de um presente e os passados poderiam oferecer possíveis explicações.

breve exposição situou os aspectos que nortearam a escolha do objeto de estudo, todavia, não necessariamente a enfoque.

Para tanto, destaco as minhas participações em um projeto de pesquisa que buscou investigar as relações multiculturais no ensino de história, assim, através de um subprojeto construímos a possível base de abordagem que girou em torno do sentido de pertencimento de alguns alunos da zona rural de Lagoa Seca, mediante, a construção das subjetividades no ensino de história, logo, a base do enfoque deste trabalho foi construída: *o pertencimento*, que levou a relação de esquecimento incorporada aos espaços das casas de farinha.

Neste sentido, destacamos que uma virada para a preservação da memória somente poder-se-ia existir através de uma representação criadora de uma significância que a sustente e essa pode ser construída com uma experiência consolidada com o objeto de significância, juntamente a um discurso que busque reconhecer as especificidades da própria (seja no campo da ação pedagógica ou de políticas públicas).

Posteriormente aos primeiros esclarecimentos acerca dos eixos que nortearam a pesquisa, torna-se bastante relevante discorrer sobre a estrutura que formata a narrativa que resultou da alusiva investigação. Dito isto, inferimos que a estruturação do trabalho será organizada em três capítulos acerca da temática, respectivamente organizados na seguinte ordem: em um primeiro momento, apresentaremos alguns percursos discursivos (destacamos que nossa busca situou-se não apenas na área da história, mas também, de outros campos de estudo) que enfatizaram uma imagem simplista da casa de farinha, assim como, promoveremos uma expansão do exercício de beneficiamento da mandioca mediante sua simbologização, através da categoria filosófica *trabalho*.

Justapondo-se a esta definição que será o eixo do primeiro capítulo intitulado: *de “teatro” estabelecido à “contra-teatro” possível: um panorama investigativo das feitura discursivas que compuseram a casa de farinha*, se encontra um objetivo específico de nosso trabalho que buscará problematizar a noção da casa de farinha como um espaço de trabalho (no que se refere às abordagens de caráter economicista e mecânico) à uma proposição muito mais ampla, pois ela agrupou uma noção de pertencimento dos agentes deste ambiente

em torno de uma incorporação ao próprio, por conseguinte, estabelecendo uma relação direta da ideia de comunidade ligada ao seu espaço.

Dentro do segundo capítulo, intitulado: *a casa de farinha como um símbolo da coesão social na comunidade São João batista: memórias e usos do espaço farinheiro*, teremos por intenção primária descrever e analisar a experiência que prefigurou a relação quase simbiótica de nosso lócus de estudo com os ambientes de produção de farinha. Em decorrência desta intenção, sistematizamos nossa interpretação acerca destes espaços, na comunidade de Lagoa do Barro, mediante a incorporação de duas principais fontes para a instrumentalização deste estudo, respectivamente: as fotos e as memórias daqueles que construíram a singular experiência com a casa de farinha.

Como se trata de um trabalho de caráter historiográfico buscamos situar algumas características que propiciaram a relação de proximidade da comunidade com as casas de farinha - mais especificamente uma, conhecida como a casa de farinha de seu Zuzá. Perante as referidas conjecturações narrativas, tomamos como necessária a inquirição da feitura deste capítulo, assim como, a configuração de tal simbiose (comunidade/casa de farinha) como uma experiência histórica singular, logo, não tomando-a como o determinismo para demais configurações que possam ser levantadas a partir de um embasamento neste estudo.

No terceiro e último capítulo, denominado *o "mal estar" na comunidade: a decadência das casas de farinha em lagoa do barro*, deter-nos-emos à uma contextualização e conjecturação da problemática legitimadora deste estudo, desta forma, buscaremos perceber como ocorreu o processo de declínio das casas de farinha de símbolo à designação mais objetiva (função material). Em consonância a esta referenciação, empregar-nos-emos em descrever o presente que resguarda a existência das casas de farinha na respectiva comunidade justificando-se, assim, a viabilidade de percepção deste silêncio específico que não pode ser subjugado aos subterrâneos dos processos históricos, pois, este ambiente tornou-se mais que um mero prédio para tal comunidade, em detrimento de sua significação como símbolo de coesão social.

Diante do que foi colocado, acreditamos que ficou esclarecido os principais pontos que fundamentaram esta análise, por conseguinte, destacamos as condições e os fundamentos que nortearam a pesquisa, assim como, a temática

que é constituída para a referente narrativa buscando contribuir pontualmente para a problematização de um silêncio no incurso da historiografia.

1. DE “TEATRO” ESTABELECIDO À “CONTRA-TEATRO” POSSÍVEL: UM PANORAMA INVESTIGATIVO DAS FEITURAS DISCURSIVAS QUE COMPUSERAM A CASA DE FARINHA

O trabalho da história (geschichte) não cessa de ocultar o que era legível, e isso pelo próprio gesto que desmultiplica o simples para desvelar. As explicações efetuam um desdobramento dos contrários; através disto elas multiplicam as representações, quer dizer, quebram o Urbild em mil facetas quando o repetem em uma linguagem “analítica”.

Michel de Certeau

O que faz o historiador/pesquisador quando faz a história/narrativa? Uma pergunta de notável complexidade, pois, o próprio, através do processo de análise, “estilhaça” o todo para estudar as partes como se fosse o total. Assim, através do processo escriturário, implicitamente, existe um procedimento de ocultação daquilo que não é intercalado ao prisma teórico-metodológico de abordagem, para tanto, buscaremos, problematizar a alusiva condição, tornando mais esparsa a visão acerca da casa de farinha, entretanto, destacando que o objeto sob estudo ainda possui muitas faces que serão encobertas pelo exercício de análise aqui proposto.

Mesmo percebendo tal falácia, a partir da conjuntura discursiva fomentada por Certeau (2011), enfatizamos que o intuito de uma pesquisa não se caracteriza pela busca de uma completude (diferente da estrutura textual, que desde o início se projeta para um fim), mas, direciona-se para outras visões que poderão ser constituídas por agentes leitores/produtores a posteriori.

Para principiar este tipo de discussão, acerca da representação discursiva da casa de farinha na comunidade São João Batista (Lagoa do Barro), salientamos a necessidade de uma investigação para desvelar os “prumos narrativos” que construíram a imagem da própria, no âmbito dos discursos literários-científicos que englobam as análises acadêmicas. Neste sentido, destacamos a concepção de produção do historiador-pesquisador como uma representação discursiva perante

um objeto que possibilita-o, através de sua sensibilidade, o movimento de abstração das impressões acerca do referido, conjecturando-o em atribuições narrativas. Desta forma, inferimos a seguinte inquietação aos aparatos narrativos que foram os construtos da casa de farinha: até que ponto pode-se capturar/construir uma definição discursiva acerca destes espaços?

Em primeira instância, destacamos que esta proposição somente torna-se possível mediante uma problematização da relação de intimidade/proximidade com o objeto – de uma visão distante através de um abstratismo ou de proximidade complexificando-o – juntamente à teoria que empregou-lhe suporte. Como o olhar tomou a direção hegemônica para um distanciamento na busca de criar uma definição para estes lugares de produção, observamos, como consequência, uma simplificação construída acerca da casa de farinha, sob a perjura de um viés mecanicista e guiado por uma visão bastante elementar acerca do mundo do trabalho que simplificou-a como um mero espaço de beneficiamento material.

Não cabe-nos aqui uma negação da proposição que foi aferida discursivamente acerca do espaço da casa de farinha, contudo, percebemos uma profunda necessidade de expansão acerca da percepção voltada para estes recintos. Partindo deste pressuposto, advogamos também sob a necessidade de uma prudência mediante as referências⁸ acerca da casa de farinha enfatizando o caráter deste estudo como sendo restrito a um caso, mais especificamente a comunidade que buscamos investigar. Neste caminhar, condicionamo-nos a formular uma alegoria de representações para a interpretação das casas de farinha que neste capítulo se formatarão a partir de duas proposições: *teatro* e *contra-teatro*⁹.

Diante destas duas enunciações que apresentamos acima, buscamos defini-las em dois tópicos que se enquadram em duas diferentes concepções acerca da feitura que relega aos farinhaeiros à referente terminação. Farinheiro, pois produz farinha, entretanto, as condições que permeiam esta ação reverberam em situações

⁸ Neste alusivo ponto, tomamos por referência a necessária prudência para a desconstrução da visão simplista da casa de farinha, sobretudo, enfatizando que cada uma possuía sua especificidade. Neste sentido, quando abordarmos o movimento de construção da identidade farineira, destacaremos em antemão que se trata da comunidade Lagoa do Barro e não de uma regra geral que englobe todas as casas de farinha, assim, convertendo nossa interpretação à um indesejado determinismo interpretativo.

⁹ Destacamos que estas duas terminações serão trabalhadas aqui como metáforas para a análise daquilo que nos propusemos a interpretar em nosso texto. Mediante isto, não buscaremos sustentar-nos pela proposição conceitual elaborada por Thompson.

que transfiguram o agente como transformado em sua própria ação. Para tanto, definimos que a concepção de “teatro” faz alusão a aquilo que está a mostra para os “olhos menos treinados” que minimizam/estigmatizam o ambiente da casa de farinha como um recinto da imutabilidade, pois, colocam-no em uma constância de meros atos de produção que desembocam em ações reprodutivas. Neste sentido, destacamos que a alegoria existencial da casa de farinha compreende também as condições que beneficiam a mandioca, todavia, não apenas isto, mas também, nos laços de sociabilidade, compadrio, vizinhança, solidariedade, redes de conhecimento, em suma: as estruturas que sustentam aquilo que podemos defender como pressuposto fundamental da ideia de comunidade.

Em consonância com esta proposição, destacamos que além da concepção de *teatro*, referimo-nos também ao *contra-teatro* que se trata de uma expansão daquilo que convencionalmente está amostra. Em consequência disto, avultamos que essa ideia se apropria da concepção estipulada pela atribuição conceitual fugidia à conjectura das estruturas economicistas, assim, comungando com a singularidade de cada corpo social que adentra em um meio produtivo, em suma, através das respectivas *experiências históricas*.

Por meio desta segunda definição, deparamo-nos com o processo de construção simbólica do ser farinheiro mediante o cotidiano do espaço constituído na casa de farinha. Assim como em uma peça que existem os personagens, roupas, cenários e a estrutura de uma narrativa que está a mostra para o grande público apreciá-la, existem também, o gênero da peça e as alegorias que circundam a dramaticidade do espetáculo que não são enxergadas por todos, mas, apenas pelos olhos do *connoisseurship*¹⁰ (conhecedor especializado).

Mediante este defrontamento, deparamo-nos com o comprometimento de expor ao leitor, neste capítulo, a expansão daquilo que supostamente está a mostra do cotidiano do trabalho nas casas de farinha. Dito isto, acompanhando a função do historiador através do exercício de análise, segundo Certeau (2011), ocultando o que é em sumariamente legível, buscaremos compartimentar nestas duas terminações o “ofício do farinhar”, sob a perjura de perceber como se construiu o

¹⁰ Salientamos que esta definição caracteriza-se, nesta analogia, como a compreensão analítica do intelectual mediante o seu respectivo objeto de estudo. Nossa comparação, não busca colocar-nos na condição de especialistas acerca do objeto, mas somente de interpretes daquilo que foi construído discursivamente e construtores de novas proposições, sobre a casa de farinha, sem o anseio da completude acerca do que está sendo atribuído nesta narrativa.

sentido de comunidade através da produção deste bem de consumo (farinha) possuidor de uma funcionalidade incomensurável desde remotas épocas na construção de um pertencimento para identidade dos que a produzem. Dito isto, partimos para a primeira definição que constitui a proposição acerca da casa de farinha que queremos expandir.

1.1. A casa de farinha como discurso convencionalmente estabelecido: um olhar acerca sobre o *teatro economicista*

Na historiografia, o discurso sobre as casas de farinha, apesar de monovalente, não possui a importância devida, especialmente, quando se estipula uma comparação com os engenhos de açúcar. Dizemos isto, devido a notável constituição discursiva que é (e foi) dada aos espaços que produziam o açúcar, principalmente, por este material ser destinado para o velho continente e lastrear as tessituras econômicas da exportação brasileira do seiscentos até o setecentos. Mediante esta constatação, percebemos um foco na historiografia voltando-se para o engenho desde à variante econômica da história que buscou evidenciar o ciclo de produção/comercialização do açúcar; às análises que se aprofundaram nas relações sociais estabelecidas no espaço de beneficiamento da cana-de-açúcar até chegar ao contato com a casa grande, por conseguinte, destacada como o lastro de uma identidade híbrida ao *ser brasileiro*, sobretudo, com a clássica obra *Casa Grande & Senzala* do pernambucano Gilberto Freire.

Adentrando no silêncio historiográfico que foi imposto a casa de farinha, problematizamos, os traços que solidificaram, implicitamente, estes ambientes como espaços de meras transformações materiais, constituído a partir de um simplismo economicista. Talvez muitas problematizações à hegemonia do discurso açucareiro possam ser fomentadas, sobretudo, pelo valor do açúcar para os produtores e consumidores nos centros europeus, todavia, não nos atentaremos a esta discussão para não nos desviarmos de nosso foco. Mas voltando, ao eixo central da nossa temática, averiguamos como necessário um revisionismo discursivo¹¹ para uma leitura mais aprofundada, no campo da historiografia, com relação ao

¹¹ Destacamos que neste ponto abrangemos uma amplitude à nossa pesquisa de caráter bibliográfico devido a ínfima produção no âmbito da historiografia, no que se refere as casas de farinha. Em consequência disto, buscamos, tecer uma análise dos discursos que caminharam em áreas de notáveis distinções, da geografia até olhares construídos por pesquisadores do campo da nutrição.

protagonismo das casas de farinha para a fomentação das condições de sobrevivência pré-industriais. Desta forma, destacamos que para a fomentação de uma caracterização da importância das casas de farinha, necessariamente, devemos perceber a relação de estima também do material que costumeiramente era produzido nestes ambientes. Deste modo, enfatizamos que

[...] atrelada à história brasileira, a farinha de mandioca foi por muito tempo utilizada na alimentação dos escravos que eram mantidos nas fazendas e nos engenhos, além de servir também como suprimento alimentar dos portugueses que faziam viagens longínquas. Levadas em farnéis pelos referidos viajantes, conta-se que para evitar que fossem menos perecível, misturava-se a farinha de mandioca a farinha de peixe seco, socada em pilão (SOARES, 2007, p.51-52).

Destacamos ainda que torna-se visceral para nossa problematização a fomentação de mais análises historiográficas que interliguem a produção e o consumo da farinha com a identidade brasileira, juntamente aos ambientes das antigas casas de farinha. Estes ambientes que aparecem como protótipos do que hoje podem ser observados em museus, desde as primeiras instalações artesanais que manipulavam o processamento da mandioca, salientando que o respectivo processo de transformação material aparece desde as considerações do médico naturalista holandês Guilherme Piso (1611-1644). Da descrição ao preparo, segundo ele o processo se prenunciava com as mandiocas

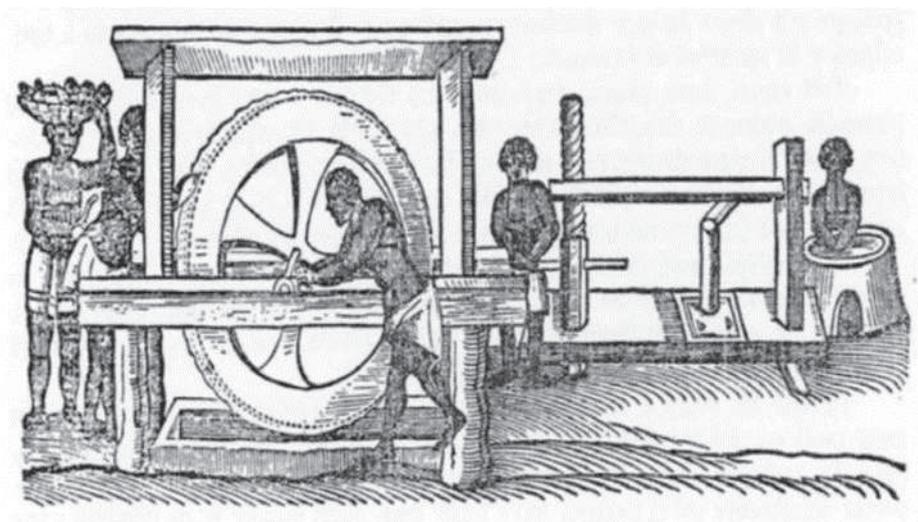
[...] arrancadas da terra, as raízes mal duram o espaço de três dias, mesmo bem guardadas em celeiro. Limpas e despojadas da casca tenuíssima que as envolve, levam-se a um moinho de mão, cuja figura daremos a seguir, movido por dois homens, e são moídas por umas pontas de ferro, recebendo um cocho a farinha das raízes trituradas. [...] As raspas em seguida se lançam num largar ou prelo que, com sua grande pressão, lhes expreme o líquido supérfluo e nocivo, tornando-se secas e sem nenhuma umidade. Depois se coam numa peneira chamada Urupeba, e são logo lançadas num recipiente, alguidar de barro ou cobre, posto ao fogo e agitado um pouco até cozerem. Semicozidas e ainda moles, são comestíveis e se chamam. Farinha relada, isto é, farinha cozida não dessecada. O mais restante e que se quer guardar misturam, em fogo mais ou menos intenso, à vontade, e secam bem. Pois, essa farinha, quanto mais seca e cozida, tanto mais durável é (PISO, 1948, p. 61).

Uma breve, mas contundente descrição que incorporou a produção da farinha dentre um discurso de caráter europeu, todavia, a produção de farinha decorre desde tempos imemoriais em algumas tribos indígenas. Diante disto, não buscaremos a origem das representações dos espaços de produção de farinha, mas sim, a fortificação de uma hegemonia discursiva que descomplexificou as

estruturas de produção estabelecidas nestes ambientes. Dentro de nossa pesquisa tornou-se possível colher raras análises sobre a produção de farinha que, como consequência, tornaram implícitas a imagem das casas de farinha como meros ambientes de transformação material. Estas que, até dias atuais, são estigmatizadas pelos discursos higienistas como sendo espaços de poluição e inadequação com as atuais indústrias que supostamente possuem um discurso voltado para o bem estar e a sustentabilidade¹².

FIGURA 1.1:

Preparo de farinha rústico, através de uma ilustração pictórica que remonta a uma representação do século XVI



Fonte: PISO, Guilherme. *A história do Brasil Ilustrada*, 1948, p.63.

Caminhado nesta estrada porosa da investigação, percebemos breves lapsos discursivos que se dirigiram ao protagonismo da casa de farinha, principalmente, quando a encontramos dissolvida em relatos que vogam em torno do próprio material (farinha) produzido. Segundo a ilustração acima, que consta na descrição de Piso (1948), vislumbramos uma estrutura de produção bastante rudimentar que comportava o uso da tração humana para a transformação do já mencionado tubérculo em farinha. Mas, mesmo que rústico a estrutura produtiva ainda comportava traços que perduram nas casas, examinadas em nosso estudo de

¹² Aqui destacamos mais uma via discursiva que estigmatizou o espaço da casa de farinha. Dizemos isto, devido à inadequação da casa de farinha naquilo que foi estipulado pelo processo de modernização das fábricas.

caso, especialmente, no referente ao objeto utilizado para prensar a massa da mandioca tencionando-a com um mecanismo em forma de parafuso.

Ainda sobre os traços que são apresentados sobre a produção da farinha que proporcionam, de forma indireta, este ambiente como um recinto de meras transformações materiais, verificamos relatos sobre a farinha desde alguns documentos que remontam ao período em que o Brasil era uma colônia subserviente a terra de Camões. Segundo Silva (2008, p.38),

Cascudo aponta para os primeiros indícios da presença de mandioca na carta de Pero Vaz de Caminha e na relação do piloto anônimo, quando estes mencionam um tipo de “inhame” muito consumido pela população nativa. Para este autor, trata-se da mandioca, pois os portugueses já conheciam alguns tipos de inhame de suas viagens para a África. Ainda no século XVI, Pero de Magalhães Gandavo (1964), e Gabriel Soares de Sousa (1971), Hans Staden (1955), entre outros deixaram seus escritos importantes relatos sobre a importância da mandioca na alimentação, principalmente na forma de farinha.

Sobre as definições deste espaço que podem ser descritas como hegemônicas pelo “senso comum” desconhecedor do cotidiano que desemboca em uma identidade farinheira, destacamos a referida colocação: casa de farinha “é o lugar onde se transforma mandioca em farinha” (DIAS apud BRANDÃO, 2007, p.48). Afirmação esta que comporta uma notável problemática, pois, quando toma-se o “é” em direção ao objeto de conjecturação numa razão enunciativa, a referida sentença, ganha contornos de completude.

A composição enunciativa denomina aquilo que “é” como discurso explícito e como contra-formulação estipula, implicitamente, também aquilo que “não é” (no caso aquilo que queremos apresentar como proposta de expansão direcionada à casa de farinha). Uma “ingênua”, mas notavelmente simplificadora e estigmatizada colocação, pois impele ao silêncio às diversas produções imateriais que são tecidas no espaço da casa de farinha. Ainda em meio à referida descrição a autora delinea este espaço como

[...] um abrigo de sapê, as vezes com apenas um lado fechado e coberto de palha e chão de terra batida, tendo um tacho; uma roda de madeira batida com veio de ferro; corda para girar a roda; banco de madeira com caititu (tritador); coxo de madeira, aparador de massa; prensa; peneira onde passa triturada e prensada para não passar pedaço grande de mandioca; coxo para aparar a manipueira, que dá a goma; coxo de peneirar; forno feito com uma enorme pedra de quartzo, apoiada sobre um tripé de madeira contrário ao fogo, rodos de pau, utilizados para revolver a massa e cuias repartidas ao meio como utensílios para nossos ancestrais mexerem

e jogarem para o auto a farinha, até o produto encontrar-se no “ponto certo”, ou seja, torrado o suficiente para não estragar. Esta estrutura ainda pode ser encontrada em alguns lugares do nordeste (BRANDÃO, 2007, p.48).

Uma exposição notavelmente problemática quando se é conjecturada na sentença anterior (como o “é”) e isto se deve, sobretudo, aos indivíduos que utilizavam estes espaços, pois, apesar de existirem todas as ferramentas que foram descritas, também, fomentavam-se as diversas individualidades que se entrecruzavam operacionalizando o cotidiano promotor de uma experiência lastreadora de uma singular concepção de comunidade. Para tanto, percebemos o quão foi trabalhoso encontrar traços no âmbito acadêmico acerca da casa de farinha e suas nuances de produtividade mediante o discurso historiográfico, tanto que, grande parte das referências encontradas comungavam com abordagens em campos distintos das ciências sociais, da natureza e das humanidades; nomeadamente: a geografia econômica, sociologia, antropologia e engenharia da produção.

Através de algumas interpretações que tiveram como protagonistas as já citadas explanações de Brandão (2007), Silva (2008), Piso (1948) e Soares (2007); percebemos a construção de uma direção discursiva para a casa de farinha, todavia, a referida toma para si uma problemática simplificação, pois, apresenta ao leitor uma visão estática destes ambientes. Um olhar que se volta para o encobrimento dos laços sociais, comunais, afetivos e subjetivos que foram resultantes, assim como, protagonistas desses/nestes espaços. Mediante isto, pudemos caracterizar as tramas discursivas que apresentaram, de forma simplificada, a casa de farinha e, a partir disto, mensuramos o silêncio que é imposto a grande parte da ideia de cultura ou identidade farinheira, esta que, tornou-se a poeira que é carregada pelo tempo, no deserto que chamamos de história.

Como referência direta ao nosso contexto, encontramos a solitária análise da historiadora Elizangela Gerônimo dos Santos, denominada *Tarimba: Aspectos históricos e culturais de Lagoa Seca (1929-1969)*, entretanto, o enfoque empregado às casas de farinha são tímidos, se levadas em conta a importância destes recintos para a história do município referido. Dizemos isto devido à pujante importância cultural, social e econômica que possuíram estes espaços para a manutenção dos

habitantes da zona rural lagoa-sequence, assim como, a fortificação da economia campinense que era abastecida pela farinha do então distrito que tornou-se município vizinho, assim, cabe-nos uma breve exposição acerca da marca existencial direcionada para a já referida “coadjuvância”, deixada pela referida autora aos diversos ambientes das casas de farinha.

Em primeiro momento, segundo a referida obra, enfatizamos ser longínqua a relação do município de Lagoa Seca com as casas de farinha. Desde a época, entre os anos de 1930 até a emancipação no dia 04 de janeiro de 1964, quando, através da lei nº 3.133, o governador Pedro Moreno Gondim instituiu a autonomia do município em relação à Campina Grande; que a economia deste município possui uma ligação direta com a produção de farinha. Desde o período em que era um distrito de Campina Grande, a terra que já foi conhecida como Ipuarana (IPU = lagoa; ARANA = Seca), possuía uma relação de notável produção de bens de consumo a partir da mandioca, assim como o sisal. Assumindo a condição de protagonista, na economia local,

A produção de farinha de mandioca atingiu números de produção muito altos em Lagoa Seca quando foi instalada em 20 de janeiro de 1936 a cooperativa dos beneficiários de mandioca de Lagoa Seca. A cooperativa recebeu o apoio de Argemiro Batista e Antônio Borges e estava a sua frente o senhor José Jerônimo da Costa, sendo a grande quantidade do produto destinada à feira de Campina Grande e de lá ao serão e litoral (SANTOS, 2007, p.121).

Neste sentido, trata-se de um aspecto relativamente antigo, para a história destes ambientes, as articulações dos trabalhadores perante os aspectos que circundavam a produção da farinha. Desde a produção da matéria-prima, onde recorrentemente as questões hídricas foram problemas a serem enfrentados, segundo define Santos (2007), principalmente, amenizados com a construção de poços, cacimbas e de um reservatório conhecido como cacimbão. Todavia, não apenas a produção estava em constante perigo, mas também, o escoamento final que era feito na feira de Campina Grande, onde os atravessadores constantemente vilipendiavam o necessário capital dos produtores da farinha. Diante deste problema ocorreram tentativas para a criação de uma feira de grande porte em Lagoa Seca, entretanto, logo foram a bancarrota devido à proximidade com Campina Grande e a desigual competição, o que de certa forma, construiu um lastro de dependência econômica de Lagoa Seca a sua antiga cidade de pertencimento.

Posteriormente à emancipação, o município de Lagoa Seca, continuou em suas matrizes produtivas ligadas a produção de bens primários e de caráter artesanal que, em certo modo, contribuíram para a manutenção de uma população majoritariamente camponesa. Mediante as necessidades de bens de consumo que constantemente acometiam os moradores destas localidades, assim como, as dificuldades para trazer de Campina Grande muitos bens de consumo por questões de locomoção (feitas em lombos de jumentos), estes habitantes, buscaram criar certas autonomias.

A partir destas necessidades de consumo direto e de busca por uma possível fonte de renda, às casas de farinha começaram a ser disseminadas nos territórios dos agricultores, porém, o número destes recintos de trabalho não era equivalente à percentagem de famílias que habitavam na zona rural, logo, através do regime de aluguel, estes espaços eram utilizados por diversas famílias que contribuíam com o produto final como pagamento para o uso do espaço¹³.

Dentro deste contexto que, em certa medida, se prolongou até os primeiros anos do século XXI, as casas de farinha, passaram a subsidiar às necessidades primárias das comunidades camponesas que se situavam nos mais remotos recantos do município de Lagoa Seca. Devido a produção destes espaços de transformação material se voltar principalmente para um bem de consumo que personifica signos da identidade nordestina e seu produto ser apreciado em grande parte da população lagoa-sequence, salientamos a potencialidade deste ambiente de produção para a manutenção das famílias mais carentes, assim como, a sustentação da economia camponesa deste município.

Mediante esta breve exposição, enfatizamos a consolidação de uma economia farinheira que, paralelamente, construiu uma identidade camponesa e torno das mesmas proposições existenciais. Neste sentido, o material final constatou uma identidade que elencou como o seu berço os espaços das casas de farinha. Seguindo este breve esboço acerca do simbolismo econômico da casa de farinha para a história do município de Lagoa seca e o produto final destes espaços, buscaremos inferir sobre o processo interno de transformação das matérias-primas em bens de consumo para discorrer sobre estes espaços não apenas pelo

¹³ Colhemos esta referente informação, no que se refere a permissão para o uso dos espaços de produção de farinha através do relato de nosso entrevistado Cezar Gertrudes (2016) que afirmou “ser muito natural dar umas cuias de farinha ao dono da casa de farinha. Isso porque, nem todo mundo tinha uma no seu sítio”.

beneficiamento da mandioca, mas também, como construtor de sociabilidades dentro do processo produtivo que trabalharemos no tópico a seguir.

Posteriormente a esta descrição, que veio a esquematizar uma imagem central de imutabilidade para a casa de farinha, muito pela variante econômica e sua esteia de aspectos habituais vinculados numa tradição, necessariamente, envolta por um discurso progressista científico; destacamos que muito do silêncio discursivo que foi incumbido às casas de farinha, no âmbito da historiografia, tramita pela visão pejorativamente contínua destes espaços de saber e poder. Talvez, possamos deslocar a problematização que foi levantada por Le Febvre (1986) sobre o mundo rural para o olhar do discurso historiográfico aos ambientes farinheiros, segundo ele, existiu uma visão que destacava estes mundos como

[...] uma dessa realidades familiares, que parecem naturais e que tornam tardiamente objetos da ciência. O aforismo de Hegel deveria estar presente em toda esta metodologia das ciências sociais: “o que é familiar não é, por isso, conhecido”. Verdade válida para gestos da vida cotidiana – por exemplo, aquele comprar e vender um objeto qualquer -, para os gestos do trabalho, para a vida social em seu conjunto, ou ainda para a vida camponesa (LE FEBVRE, 1986, p.164).

E, a referida dileção, inibiu possíveis aparições mais fecundas sobre o espaço da casa de farinha, principalmente, devido às disposições econômicas que se resguardavam para a subsistência das comunidades que as produziam. Não apenas economicamente, um produto de uma suposição de discursos que analisaram as relações comerciais da farinha, mas, culturalmente, em um discurso que foi realmente vilipendiado pelas análises que ainda visavam uma estruturação mecanicista da produção da farinha. Diante do exposto, buscaremos, apresentar uma visão que se embasa sob os traços simbólicos que são produzidos através da modelo de beneficiamento da mandioca.

1.2. A categoria Trabalho como fomentadora de um “*contra-teatro*” na casa de farinha

Antes de qualquer coisa, inferimos que a categoria filosófica *trabalho* forneceu-nos os atributos para pensarmos mais profundamente os processos de transformações que eram decorrentes do beneficiamento da mandioca. Segundo Marx (1996), a definição de trabalho corresponde como os

[...] processos entre o homem e a natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a Natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida (p.297).

Consonantemente a esta proposição e acompanhados pelo mesmo autor, conjecturamos que esta relação contribui para transformar o próprio agente da ação, assim, ao modificar o meio natural que estes se perpetuam, pois “eles modificam, ao mesmo tempo sua própria natureza” (MARX, 1996, p.297). Neste sentido, verificamos que o processo de beneficiamento da mandioca nos espaços da casa de farinha construiu uma simbologia de relações que formularam o lastro do *ser farinheiro* juntamente à conexão de uma ideia de comunidade em meio ao próprio processo produtivo. Para tanto, percebemos que há uma necessidade de expansão daquilo que está a vista – ou em nossa linguagem: *contra-teatro* – da casa de farinha, perpassando pelos processos de simbolização decorrentes das transformações advindas da comunhão de *concepções de mundo* que se entrecruzavam nestes espaços.

Em detrimento das monções analíticas que podem ser o limiar delimitador do ambiente da casa de farinha como um espaço cotidiano para os praticantes, destacamos uma necessária descrição do processo de beneficiamento da mandioca e da construção simbólica do sentido comunitário que se resguardou em cada etapa. Em primeira instância, para olhares menos aguçados, um percurso de transformação material simples e simplório que não possui nenhuma relação com a concepção comunal vigente, todavia, não é só do *teatro* que a peça se esboça enquanto exercício de ação. Desta forma, para um pesquisador que possui a intenção de dissecar os processos de “simbologização” que são decorrentes do beneficiamento da mandioca, avultamos, que desde o arranque da mandioca até o cozimento da própria puderam ser percebidos as “vigas que alicerçaram” a ideia de comunidade nos espaços das casas de farinha.

Como já foi prenunciado, a rusticidade e o arcaico foram a hegemonia no modelo produtivo destes espaços. Apesar de bem rudimentar, os processos de beneficiamento da mandioca que se constituíam nos espaços das casas de farinha eram bem definidos. Primeiramente, destacamos que a matéria-prima que capitaneava o funcionamento destes espaços era conseguida através das zonas de

plantio que encontravam-se o mais próximo possível destes recintos de produção, principalmente, devido à natureza do transporte da mandioca, exercido por meio de tração animal (majoritariamente carroças de boi).

A priori, a extração da matéria-prima e do uso do espaço de beneficiamento era conseguido através de relações que não se baseavam simplesmente em trocas monetárias, mas também, mediante outros tipos de serviços prestados, onde muitas vezes o grupo familiar que produzia a farinha não possuía o espaço para esta transformação, em decorrência disto, alugava simbolicamente este ambiente e concedia cuias de farinha ao proprietário destes recintos. Neste sentido, os prelúdios da produção estavam muito bem definidos, entretanto, às condições que envolviam o trato com a mandioca possuíam algumas dificuldades.

Em primeiro caso, elencamos o período de carência de um ano e meio ou até dois anos que carecia a mandioca do plantio à colheita. Assim, enxergamos o necessário gasto das terras para o plantio agindo como inibidores de uma produção maximizada de outras culturas de subsistência¹⁴. Mediante isto, a matéria prima tornava-se demasiadamente custosa, todavia, ainda era notavelmente viabilizada desde que as trocas comerciais fossem resguardadas prioritariamente ao seio da própria comunidade.

Mediante os mutirões ou por meio de diaristas que custeavam seu trabalho a cerca de quinze reais em média; se iniciava a produção material e se reforçavam os contratos informais. Destacamos que o sentido dos mutirões, que vinham a

¹⁴ Neste ponto, destacamos a visão do nosso informante Cesar Gertrudes (2016) que nos repassou como era custoso a produção da mandioca devido ao tempo que esta ocupava a terra, salientado que estamos falando de minifúndios; e não oportunizava o plantio dentro de aproximadamente um inverno com outras culturas como o feijão e o milho que tratavam-se dos principais grãos que sustentavam a alimentação camponesa daquele lugarejo. Mais do que isto, nosso entrevistado, já mencionado, salientou que tornava-se “bastante difícil o plantio e a colheita de feijão e milho bom quando estava na sombra da roça e, isso também acontecia porque a roça sugava toda a força da terra”, por final destacamos, o saber empírico de nosso entrevistado ao perceber que a consonância de duas culturas em períodos similares tendia a tornar inapropriadas a produção maximizada de outras possíveis colheitas. Para criar um parâmetro de análise, segundo as estimativas do mesmo entrevistado, em um hectare de terra que poder-se-ia colher cerca de 7 ou 8 sacas de 50 kg de feijão, quando plantados isoladamente; associados à um local onde estava plantado a mandioca não se colhia mais de 2 sacas e meia. Diante disto, percebemos um notável encarecimento na produção da mandioca que além destes aspectos logísticos carecia de chuvas regulares para o crescimento dos tubérculos, neste caso, salientamos as qualidades do território de plantio que era revestido de uma característica de solo mais arenosa, por consequência, não possuindo grandes potencialidades nutricionais que deveria ser repostas com adubo de gado que, para extração, carecia de mão-de-obra ou até a compra do material quando o curral não pertencia ao potencial produtor. Para maximizar às já dificultosas qualidades do território de produção da mandioca, os agricultores, não deixavam uma cobertura vegetal, por consequência, este, estava sujeito as adversidades que o tornavam cada vez mais impróprios nas condições de produção, principalmente, com a lixiviação que carregava os nutrientes que se resguardavam ao solo.

princípios das etapas da farinha, criava um ordenamento econômico que fugia ao *ethos capitalista*¹⁵, principalmente, pelos contratos informais que eram construídos nestes meios. Em uma ação de troca, estes movimentos, não estavam a serviço das relações econômicas de caráter capitalista, mas, prezavam por um contrato moral entre os meios de produção.

Parafraseando Thompson (2008), podemos dizer que os laços que se constituíam no arranque da mandioca construíam um vínculo moral na comunidade que não possuía o anseio do lucro, mas, em firmeza com um contrato que reforçava a ideia de comunidade “nivelando” de maneira interior as necessidades que cada um possuía. Esta economia se baseava nos contratos de honra que eram prostrados por aqueles que precisavam de ajuda e que posteriormente deveriam oferecer sua força de trabalho, em mesma medida daquilo que foi recebido. Segundo o entrevistado Carlos José Pereira (2016), era uma ação simples onde “uma mão lavava a outra, era assim porque existia muita consideração entre os que moravam perto”.

A participação em uma ação comunitária do arranque da mandioca primava pela troca de favorecimentos não materiais que fomentavam o lastro das coesões sociais. Uma relação mais rudimentar que prezava pelo bom senso do beneficiário que deveria ajudar aqueles que o auxiliaram de alguma maneira, que poderia ser: sua mão-de-obra em um movimento de arranque posterior; a concessão de cuias de farinha já mencionadas; massa para o preparo de tapioca ou beiju; os caules que sobravam da extração para a alimentação do gado ou para o plantio em outro roçado; ou outro material que na maioria das vezes não possuía um contrato econômico baseado na venda involucra da força de trabalho. Posteriormente à extração acontecia o deslocamento da matéria-prima.

Perante a chegada no recinto da produção, a mandioca, passava por diferentes etapas de transformação que eram principiadas pela *raspagem*. Exercida, principalmente, por mulheres e crianças, mas também, dependendo da demanda e do tempo a cumprir possíveis encomendas, os homens participavam. Nesta etapa de produção se retirava a casca que poderia tornar o produto final inconsumível ao paladar, pois tornar-se-ia demasiadamente amargo, assim como, carregado de impurezas vindas do terreno de extração. Todavia, além de retirar os rejeitos da

¹⁵ Quando partimos para tal referência advogamos por um comportamento individualista que se condiciona pura e simplesmente pelo ordenamento do lucro.

mandioca, a *raspagem*, era um notável momento para as conversas. Onde as donas de casa, na maioria das vezes reclusas aos seus domicílios; encontravam as comadres para conversas sobre os mais diversos assuntos e, acompanhado a isto, ainda cuidavam das crianças que também ajudavam nesta etapa do processo, como consta na imagem 1.2.

FIGURA 1.2:

Roda de raspagem que consta principalmente com a mão de obra feminina, juntamente às crianças que ajudavam seus pais no processo de produção



Fonte¹⁶: <<http://tataguassu.blogspot.com.br/2015/10/farinhada.html>>

Como é ilustrado na imagem acima, na *raspagem* acontecia um movimento de socialização acompanhado de um processo educativo, que culminava em um procedimento de integração simbolizado pela estratégia de raspagem que atribuía áreas da mandioca a diferentes pessoas. Um raspava o “capote” (parte de baixo), outro o meio e, por fim, o acabamento. Em decorrência do exposto, nesta etapa, não se teciam apenas uma divisão social do que convencionalmente se entende por trabalho, mas também, um processo de dependência que oportunizou a criação de uma ideia de comunidade em meio ao processo produtivo interligando-se a

¹⁶ Esclarecemos que o uso desta imagem a partir desta fonte, justificou-se pela indisponibilidade de fotos da produção de farinha na comunidade que se encontra sob análise. Este problema se explica pela dificuldade dos farinheiros em conseguir maneiras para registrar seus momentos mais cotidianos, sobretudo, pelo custo e a restrição das máquinas fotográficas que eram utilizadas principalmente para festejos, missas e momentos mais formais, dito isto, inferimos sobre o caráter expositivo desta fotografia para a interpretação do leitor

conservação cultural que derivava de um procedimento de diálogo entre as diversas gerações que compunham as rodas de *raspagem*. Dito isto, poderíamos descrever um compilado de histórias que eram contadas nas *raspagens*, desde as novidades que aconteceram na vizinhança até lendas de terror que assombravam as crianças que não queriam raspar; entretanto, não desviar-nos-emos de nosso intuito principal que se trata da descrição do processo produtivo nas casas de farinha e suas simbologias.

Depois de raspada a mandioca era moída. Nesta etapa do processo de produção um aspecto se ressaltava, basicamente, o meio que a processava diferenciando-se do restante da casa de farinha por se tratar de uma máquina. Em um espaço, por vezes, rústico e inóspito ao moderno as máquinas eram escassas, exceto o motor que realizava a moagem e, em alguns poucos casos, depois o forno elétrico. Onde a força-motriz humana e animal era regra, a tração a óleo e querosene era a exceção, de um modo geral, em um espaço de tijolo bruto e corroído pelas intempéries, o ferro era escasso e “estranho”. Era, objetivamente falando, os primeiros sinais da modernidade produtiva no convencionalmente arcaico e artesanal modo-de-produzir farinheiro.

Acerca do moderno, enquanto diferente e promovedor de rupturas, podemos inferir o motor como um estranho pois “este pertence a outro mundo, daquele que sofre seu impacto e vive a sua presença intrusa” (MARTINS, 1993, p. 11). Estranho em diversos aspectos. Desde a modificação e do impacto no processo de produção através do tempo, que ganha características otimizadas, assim como, também, a gestão de produção, que passa a assimilar novas demandas de mão-de-obra; entretanto, esta etapa se destoa das outras devido a ríspida “solidão” daquele que a exerce, seja pela necessidade de individualização, por demandas de segurança; ou até por questões de impossibilidade de interação devido ao barulho do motor. Desta forma, um indivíduo era responsável por friccionar a mandioca raspada no moedor que tornava-a uma polpa umedecida. Mais do que uma mera etapa, a *moagem* representa a diferenciação de um *ethos* individualista que não se trata de um componente hegemônico na produção da farinha, mas sim, de uma notável exceção.

Da massa pastosa resultante do processo da *moagem*, fazia-se uma *prensagem* que se tratava de uma etapa onde era necessária mais força, assim

como, simbolicamente permeada de um sentido de união através da tração humana. A prensa pode ser descrita como a amarração fixa de duas madeiras densas (ou grandes vigas) que ficavam paralelas, formulando uma junção interligada à um grande tronco em forma de parafuso que impunha a pressão sobre a massa pastosa tornando-a mais seca. Imprescindível para o cozimento ou a “torra” da farinha, a prensagem era um modo bem rústico para a extração do líquido da mandioca. Esta atividade, por suas características mais vinculadas a força e a tração manual, era mais exercida por homens devido, também, a próxima etapa ser atribuída, principalmente, às mulheres e/ou as crianças.

Um simbolismo de união que formulava duas vias na construção da identidade farinheira, pois, em primeira instância tratava-se de um lugar de poder onde os homens expunham sua força através da união para a torção do grande parafuso de madeira que impunha pressão na massa; em segundo ponto versava-se também de uma espécie de rito de passagem para o gênero masculino, principalmente, porque o simbolismo da tração exercida pelos músculos afirmava a condição de poder e virilidade do agente perante seus pares. Em decorrência disto, quando um jovem garoto conseguia apresentar ao seu progenitor uma torção a mais na prensa, este, reconhecia-lhe o respeito decorrente de seu amadurecimento físico-simbólico.

Em torno da massa decorrente da *prensagem*, destacamos que com a retirada do líquido, a massa pastosa da mandioca, passava a ficar mais seca e menos densa, no entanto, ainda restavam impurezas (conhecidas como *crueiras*¹⁷) que eram retiradas em uma próxima etapa do processo de produção: a *peneiragem*. Para a retirada de alguns materiais impróprios para o cozimento da massa, este procedimento, era essencial para a produção da farinha. Assim, como não necessitava de demasiada força física, mas sim, sutileza para com a massa seca, esta etapa, era realizada geralmente por mulheres ou crianças, inclusive, posteriormente a este empreendimento, as primeiras, retiravam-se da produção da farinha para o preparo da tapioca que era muito apreciada pelos trabalhadores farinheiros. Em uma definição base, o processo de *peneiragem*, comportava em uma ação bem elementar de friccionar blocos mais densos da massa em uma

¹⁷ Trata-se de um material que fica entre a casca marrom e a massa interior da mandioca. Após sua retirada necessária por tornar inconsumível a farinha ao paladar humano, seus usos destinavam-se para a alimentação das criações (bovinos, ovinos, suínos ou até aves) que eram mantidas pelos produtores da farinha ou ao dono do espaço.

peneira, muitas vezes, esta etapa era aproveitada para a brincadeira das crianças. Quando a massa que atravessava a peneira tocava o interior do recipiente que estava a sua espera, as crianças começavam a passar nas mãos a massa, em decorrência de sua densidade e temperatura altamente convidativas.

E, para culminar, o processo produção da farinha havia o cozimento realizado em um forno de barro cozido e revestido com placas de cimento encaixadas em um formato circular. Como era uma atividade cansativa e repetitiva, estava aos encargos de homens, tanto o cozimento da massa resultante da *peneiragem* como a extração das madeiras para a torra da farinha. Apesar da forma mais rudimentar ser uma regra na produção da farinha, em finais da década de 1990 começaram a serem inseridos os fornos elétricos (salientamos que de forma bastante restrita na respectiva comunidade que está sendo trabalhada) que subsidiavam uma ação mais otimizada de produção da farinha, muito disto, por não depender diretamente da ação repetitiva e excruciante que impugnava aos farinheiros a necessidade de ficarem por horas virando e revirando a massa da mandioca. Com relação as madeiras que alimentavam o forno da casa de farinha, algumas plantas se destacavam, desde o denominado velame até a algaroba (*Prosopis juliflora*) seca.

No cozimento, recorrentemente, as noites eram atravessadas e os trabalhadores revezavam-se para o constante movimento repetitivo que era necessário para a farinha não queimar. Dentro das noites de trabalho teciam-se os mais diversos diálogos entre os agentes responsáveis por esta etapa, que, através de uma linguagem peculiar ao espaço, criavam as teias de socialização fomentadoras de unidade entre os trabalhadores, desta forma, os espaços de produção funcionavam como um marco referencial. Nas “noitadas de farinha” surgiam diversas temáticas que circundavam do futebol até temas que incidiam em torno da sexualidade dos farinheiros.

Depois deste processo, tornava-se pronto o produto final que era distribuído entre os compadres e as comadres participantes da produção; outra parte ficava para a alimentação da casa do produtor, juntamente, ao dono da casa de farinha; e uma outra parte era posta em sacas para serem vendidas no comércio local através dos atravessadores. As medições das sacas eram feitas a partir de cuias que fugiam a regulamentação de pesos e medidas instituídas pela modernização da

cidade, mediante isto, até o próprio sistema de pesagem, em rústicas balanças de madeira que utilizavam o sistema métrico da compensação¹⁸ possuía um ordenamento que lhe era peculiar.

Deste modo, a partir desta configuração descrita, fomentamos uma definição das prerrogativas materiais da produção da farinha acompanhadas dos efeitos simbólicos que reverberaram em uma identidade a partir do meio de produção, porém, a partir do lócus de nossa pesquisa, evidenciamos uma transformação do direcionamento comercial que corroborou em uma mudança da interface produtiva da farinha, assim, destacamos a transfiguração econômica da casa de farinha, mediante a ponte construída com os centros urbanos, que será um dos motivos para o decréscimo destas, apontadas no último capítulo deste estudo.

Posteriormente a apresentação e análise acerca dos processos que configuravam as etapas do beneficiamento da mandioca em farinha e seus artefatos de simbolização, advogamos sobre a necessária expansão que deve existir na percepção dos observadores da casa de farinha, todavia, destacamos que como se trata de uma narrativa formulada em um estudo de caso, por conseguinte, inferimos que se trata de um ambiente singular. Único, pois se constitui na experiência de um corpo social específico, de uma região própria, juntamente há um conjunto de práticas culturais que lhe apresentam as condições peculiares.

Destacando-se isto, tendemos a parafrasear a concepção de classe social em Thompson (2011) para transfigura-la em nossa percepção de comunidade, para este a classe trata-se de um “um fenômeno histórico, que unifica uma série de acontecimentos díspares e aparentemente desconectados, tanto na matéria prima da experiência como na consciência” (p.9). Partindo deste pressuposto, inferimos sobre a *convencionalização da importância da casa de farinha* decorrente na identidade da comunidade São João Batista para a construção de um elo que veio a unificar o sentimento da respectiva comunidade à este ambiente, todavia, carecemos de mais uma expansão a partir dos diversos usos que foram construídos pelos habitantes daquela comunidade, desta forma, abrimos margem para a próxima proposição.

¹⁸ Existia uma equivalência que, basicamente, funcionava da seguinte forma: cinco quilos valiam cinquenta de maneira fixa, neste sentido, a escala de pesagem tinha como base referencial um peso correspondente a 10% da massa final avaliada.

2. A CASA DE FARINHA COMO UM SÍMBOLO DA COESÃO SOCIAL NA COMUNIDADE SÃO JOÃO BATISTA: MEMÓRIAS E USOS DO ESPAÇO FARINHEIRO

A curiosidade pelos lugares onde a memória se cristaliza e se refugia está ligada a este momento particular de nossa história. Momento de articulação onde a consciência da ruptura com o passado se confunde com o sentimento de uma memória esfacelada, mas onde o esfacelamento desperta ainda memória suficiente para que se possa colocar o problema de sua encarnação. O sentimento de continuidade torna-se residual nos locais. Há locais de memória porque não há mais meios de memória.

Pierre Nora

Memória, o principal tema e a basilar substância que fundamentará este capítulo. Não apenas este eixo, mas também, a predileção que acompanha a própria, ou seja, “o ponto de ativação para a memória”, assim, direcionada à casa de farinha transfigurada de sua condição arquitetônica para a fomentação de um símbolo. Neste caminhar, instrumentalizaremos a nossa interpretação da casa de farinha como uma insígnia¹⁹, apreendendo os traços que se tornaram integrantes nas narrativas de nossos entrevistados, para tanto, tornou-se necessário destacar que nosso intuito se resguardou em uma *experiência* peculiar de uma comunidade específica de Lagoa Seca (PB). Dito isto, buscaremos perceber como os traços, demarcados no presente das narrativas farinheiras, apresentaram a importância destes alusivos ambientes para a comunidade que se encontra sob estudo, no tocante a esta temática, enfatizaremos ao recorte do espaço que mais se sobressai, segundo os traços apresentados pelos entrevistados fornecendo suporte a nossa análise.

Partindo deste pressuposto, inferimos que a composição da identidade farinheira tornou-se possibilitada através de uma formação dúbia onde a casa de

¹⁹ O uso de tal termo busca demarcar o espaço da casa de farinha como uma “joia preciosa que orna” a noção de pertencimento dos farinheiros – ressalta-se que se trata de um elemento metafórico na elaboração desta narrativa.

farinha ganha seus contornos de viabilidade através da ação de seus praticantes e com a mesma ação de personificação, o farinheiro, atribui-lhe contornos de significância, em consonância a isso, advogamos que “o princípio de cada identidade reside na relação “com”, portanto, uma mediação, uma ligação, uma síntese” (HEIDEGGER, 2006, p. 39). Em conformidade a isto, concluímos que para a auto-afirmação dos farinheiros constituiu-se uma relação estabelecida nos/com os espaços das casas de farinha, em contraposição, este recinto, assumiu sua condição de funcionalidade que é atributo e fundamento para um significado.

Dentro desta premissa, que busca apresentar a casa de farinha enquanto um símbolo, necessariamente, voltar-nos-emos para a *experiência* singular que foi direcionada aos espaços da casa de farinha na comunidade de Lagoa do Barro. Por conseguinte, procuraremos demarcar os *bastidores* do discurso voltado para a casa de farinha – termo este que instrumentalizaremos para perceber os *usos* peculiares que foram direcionados aos ambientes das casas de farinha, mais especificamente a casa de farinha de seu “Zuza” – que, mediante um discurso estruturado por um viés economicista possivelmente tornar-se-ia encoberto. Nesta medida, os tópicos que constituem-se neste capítulo serão fundamentados no estudo de caso que fomentou o lastro para a percepção da peculiaridade deste estudo.

Neste caminhar, erigimos como necessário, a divisão do alusivo capítulo em três tópicos, respectivamente, principiados com uma breve apresentação das características econômicas, culturais e geográficas da comunidade Lagoa do Barro, também conhecida como São João Batista, assim, contextualizando o lócus da pesquisa que fomentou esta análise; em segundo ponto, apresentaremos os *usos* que foram direcionados às casas de farinha, por conseguinte, fomentando as diversas interfaces existenciais das próprias; e, em último ponto, analisaremos os traços da significância deixados pelos sujeitos daquele contexto através dos *rastros* perpassados por suas memórias, problematizadas mediante o conjunto de ferramentas teórico-metodológicas especificamente arquitetadas como as mais convenientes para tal reflexão. Neste sentido, caminhamos para a exposição do primeiro tópico já referido.

Campina Grande (PB). No que se refere ao beneficiamento material, a base de sustentação desta comunidade direcionava-se, sobretudo, para a farinha derivada de um processo semi-artesanal das casas de farinha (descrita no segundo tópico do capítulo anterior).

E, os aspectos nas variantes produtivas advêm desde períodos longínquos, mais precisamente, desde a década de 1960, quando Lagoa Seca foi emancipada. Neste caminhar, a base agrícola de Lagoa Seca formulou condições para a disseminação de necessárias casas de farinha, haja vista, a viabilidade da produção deste bem de consumo para a manutenção das famílias em períodos de escassez de recursos alimentícios. Partindo deste pressuposto, no que tange a produção, a comunidade de Lagoa do Barro não fugia da macroestrutura de produção lagoa-sequence.

Apartamos, também, que se trata de uma comunidade de matrizes religiosas fundamentalmente cristãs, de aspectos calcados em preceitos do catolicismo popular²⁰, juntamente, à liturgia oficial do apostolado de Roma. Ainda sobre os preceitos que guiaram a legitimação das crenças no divino, podemos situar uma transição do feitio das cerimônias, respectivamente: em primeira instância, quando existia “locomoção dos fiéis”, momento em que da zona rural iam para as missas dominicais no centro da cidade, ou até para um lugarejo semi-urbano, situado nas proximidades da comunidade descrita, que desde a década de 1980 possui uma capela; em oposição a uma sedentarização ocorrida quando as missas oficiais, ligadas a diocese de Campina Grande – da qual Lagoa Seca é integrante – , passaram a acontecer na própria comunidade, decorrente em princípios da década de 1990.

No campo das ações políticas, que depois evidenciaremos “no papel político da casa de farinha”; encontramos, muitos traços vinculados a um descaso do poder local para com os agricultores da região, sobretudo, antes da década de 1970, pois, o sindicato dos trabalhadores rurais somente passou a atuar depois de 1974. Dentro do que foi pesquisado, tender-nos-emos a enfatizar um processo histórico de

²⁰ Dizemos isto, devido às mandigas e rezas que foram-nos passadas pelas entrevistas, como parte integrante da vivência dos habitantes de Lagoa do barro. Assim, podemos destacar as rezadeiras que possuíam participação ativa nas crenças da comunidade, promovendo também uma promoção de um contato com a natureza de maneira bastante específica, no tocante a visão da liturgia católica oficial.

vinculação quase autônoma da comunidade em relação ao poder público para sua auto-sustentação.

Neste percurso, relatou-nos a filha de um dos principais patriarcas da comunidade que “muitas barragens foram cavadas a braço para manter a plantação de verdura” (Ana Maria Pereira da Silva, 2017). Assim, podemos afirmar um aspecto que perdurou à interface da singular relação desta comunidade com a casa de farinha: o *fazer-se*, contudo, voltar-nos-emos para a investigação apenas do objeto proposto. Neste caso, atentaremos para as especificidades que permearam a relação da comunidade com a casa de farinha, assim, através da construção deste estudo, no tocante a esta pretensão, atravessaremos as teias das origens para perceber, através das práticas peculiares, como emergiu a construção da casa de farinha enquanto um símbolo de coesão social.

2.2. Os bastidores da peça cotidiana dos farinheiros como o fomentador da singularidade da comunidade São João Batista: do *lugar* ao *espaço*

Neste tópico buscaremos, investigar os *usos* da casa de farinha – denominados em nossa linguagem como “*bastidores*” – que tornaram-se encobertos perante o discurso economicista do qual procuramos expandir desde a primeira linha deste trabalho. Justapondo-se a esta conjectura, propomo-nos a interpretar a experiência da comunidade São João batista com o ambiente da casa de farinha através do protagonismo dos farinheiros que, de maneiras criativas, se impunham como inventores destes respectivos recintos de celebração à comunidade, reinventados dentro de uma arquitetura estabelecida para o beneficiamento da mandioca. Com base nesta ideia, dois conceitos de fundamental importância para a alusiva análise, da casa de farinha como um ambiente produzido pelos farinheiros, respectivamente: as concepções de *lugar* e de *espaço* trabalhadas por Certeau (2008).

O referido intelectual francês, ao perceber os traços e cortes que os *homens ordinários* operam nos centros urbanos, define que a designação do *lugar* corresponde a

[...] ordem (qualquer que ela seja) segundo a qual os elementos são distribuídos em relações de coexistência. Aí se acha portanto excluída a possibilidade, para duas coisas de ocuparem o mesmo lugar. Aí impera a

lei do “próprio” e distinto que o define. O lugar é portanto a configuração espontânea de posições. Implica uma indicação espontânea de estabilidade (CERTEAU, 2008, p.201).

Neste caminhar, deparamo-nos, por analogia, com o *lugar* da casa de farinha como a designação de sua estrutura que é um produto internamente construído materialmente, entretanto, externamente apreendido. Dizemos isto, pelo caráter de definição da “casa de farinha” assumir uma conjugação restrita, segundo o discurso convencional, à produção da farinha ou ainda, para os olhares mais aguçados do exterior, às simbologizações que derivam das etapas de produção da farinha, postergando-se assim, as variantes que apresentam a representação das casas de farinha construídas através das experiências peculiares dos farinheiros com o referido ambiente.

Diante do exposto advogamos que o princípio da estabilidade – aqui colocado por referência do alusivo conceito certeuriano de *lugar* – volta-se para a compreensão que busca aprisionar a casa de farinha em torno dos discursos arquitetônicos e funcionalistas daqueles que desconhecem das operações internas dos farinheiros. Sendo assim, quando referenciar-nos-emos sobre os aspectos fugidios das casas de farinha, necessariamente, apontaremos para o estudo da comunidade Lagoa do Barro, fomentando-se assim, uma proposição analítica sobre a experiência dos farinheiros deste lugarejo com a casa de farinha mais simbolicamente significativa para esta comunidade pertencente ao local denominado de “seu Zuza”.

Seguindo tal interpretação, acreditamos não ser mais necessário a exposição do lugar farinheiro e de suas variantes correspondentes ao ordenamento pré-estabelecido em uma leitura abstrata da casa de farinha, sobretudo, pelo caráter que constituiu o primeiro capítulo deste estudo que através da nossa análise imprimiu forma em torno do *teatro* e o *contra-teatro* da casa de farinha. Dito isto, atentaremos para a anteposição funcional que os farinheiros da comunidade de Lagoa do Barro faziam à casa de farinha, reinventando-lhes assim o ambiente postergado pelo discurso do ordenamento e, como consequência, aplicando novos jogos de sentido a este recinto de beneficiamento da mandioca.

Acompanhando as ideias de Certeau (2008), para transformarmos o *lugar* da casa de farinha em *espaço* da casa de farinha, necessariamente atentaremos para os usos que foram compelidos à estes ambientes. Partindo deste pressuposto

cabe-nos destacar que, o conceito de *espaço*, conforme o alusivo autor, compete por definição ao

[...] cruzamento dos móveis. É de certo modo animado pelo conjunto de movimentos que aí se desdobram. Espaço é o efeito produzido pelas operações que o orientam, o circunstanciam, o temporalizam e o levam a funcionar em unidade polivalente de programas conflituais ou de proximidades contratuais. O espaço estaria para o lugar como a palavra falada, isto é, quando é percebida a ambiguidade de uma efetuação, mudada em um termo que depende de múltiplas convenções, colocada como o ato de um presente (ou de um tempo), e modificado pelas transformações devidas as proximidades sucessivas [...] em suma, o *espaço é o lugar praticado* (CERTEAU, 2008, p.202).

Tendo como premissa o que foi aferido pelo referente conceito, associamos à concepção do *espaço* da casa de farinha como os usos que foram direcionados a estes ambientes ligando-os, de forma restrita, à casa de farinha mais significativa para a comunidade de Lagoa do Barro, a casa de farinha de “seu Zuza”. Assim como em uma peça de teatro, onde o grande público desconhece os aspectos que fundamentam a alegoria que vem a circundar a narrativa acontecida no palco; perante a casa de farinha, torna-se semelhante por analogia, pois, os aspectos que envolveram a construção desta como um símbolo de coesão social foi designada a partir das *experiências* construídas nas singularidades restritas à respectiva comunidade.

Partindo deste pressuposto, quando buscamos nos referenciar através da concepção de *experiência*, necessariamente, apresentamos o caso de Lagoa do Barro e não de outras regiões mesmo que próximas. Destacando-se isto, a concepção de *experiência* fundamentará a visão do caso muito associada ao que Thompson (2011) faz com sua análise da classe operária inglesa, assim, desconhecendo o processo da classe operária escocesa; por conseguinte, não nos dirigiremos a interpretar a relação das casas de farinha na comunidade do Almeida mesmo sendo vizinha de Lagoa do Barro por reconhecemos que cada uma possui suas respectivas especificidades que devem ser explicadas por um específico processo histórico.

Mediante isto, quando relacionamo-nos aos usos que se direcionaram às casas de farinha voltar-nos-emos para as maneiras singulares que foram promovidas pelos farinheiros da respectiva comunidade a estes recintos de transformação material. Neste caminhar, deparamo-nos com diversas frentes que,

de maneira sintética, buscaremos, principiar com o *espaço de celebração às respectivas crenças divinas*. Dito isto, apresentamos a primeira funcionalidade do *lugar da casa de farinha* convertido em um *espaço de celebração ao divino*, como segue mais abaixo na foto 2.2.

FIGURA 2.2:

Celebração de uma missa realizada no ano de 2004 na casa de farinha



Acervo pessoal de Djanira Getrudes

Uma breve e sucinta imagem que transpassa uma designação desconhecida para os olhares externos à comunidade São João Batista. Cadeiras de plástico perfiladas, com bancos de madeira, juntamente como aparece ao fundo, ao forno utilizado como banco para acompanhar de maneira mais cômoda, a celebração que se direcionava a figura da virgem Maria. Como se ressalta ao fundo, a prensa, aparece de forma bastante aparente, assim, não descaracterizando arquitetonicamente o ambiente de transformação material, entretanto, através dos ritos de celebração que são exemplificados pela fotografia, a casa de farinha, transcende sua funcionalidade estrutural para assumir a condição de um símbolo de unificação da comunidade em torno de uma celebração direcionada a uma concepção de divino em comum.

Nesta simplicidade transpassada pelo espaço de celebração à sacralidade, direcionamo-nos para a complexa teia semântica que deve ser voltada à casa de farinha segundo o caso sob análise, sobretudo, pelo sentido empregado a ideia de congregação comunal vinculada ao referido ambiente. Ainda retratando a respectiva foto, podemos perceber uma divisão simbólica nos espaços para assistir a respectiva cerimônia, especialmente, pelos elos de percepção acerca das possibilidades de acompanhamento desta, sobretudo, a partir da mulher que se encontra mais a frente, conhecida como “Dona Corina”, dizemos isto, por se tratar de uma mulher idosa e pela preferência deste público integrar as primeiras fileiras, segundo a entrevistada Ana Maria Pereira da Silva (2016). A mulher destacada, juntamente a outros de sua geração formaram as partes mais ativas das celebrações na casa de farinha, como pode ser exemplificado na fotografia 2.3.

FIGURA 2.3:

Imagem retratando os principais ícones geracionais das famílias que participavam das cerimônias religiosas na casa de farinha, em uma missa de celebração da páscoa no ano de 2004



Acervo pessoal de Djanira Getrudes

A partir da configuração desta imagem, destacamos a participação ativa das pessoas idosas nas celebrações, contudo, enfatizando que não se trata de uma terceira idade qualquer, mas sim, dos principais representantes, matriarcas e patriarcas, das famílias que construíram uma relação mais visceral com a casa de farinha, por conseguinte, fundamentando a já enfatizada transcendentalidade dos aspectos materiais da própria. Dito isto, podemos destacar figuras como Manoel Raulino (em pé com a mão no ombro de sua companheira) e sua esposa Domerina

progenitores da família Pereira; Dona Josefa com short e detalhes em rosa na sua camisa, logo a frente; atrás da personagem anteriormente descrita encontra-se a já referida Dona Corina logo a frente de seu marido (seu Dino), símbolos da família Gertrudes; todos em destaque já faleceram. Em contrapartida a estas colocações, logo a frente, encontra-se Dona Lourdes participante ativa dos cultos e as demais celebrações religiosas recorrentes na atmosfera da casa de farinha.

A fotografia em destaque apresenta uma geração que construiu as possibilidades para a transformação da casa de farinha em um algo mais, juntamente, à definição de uma ideia de comunidade agregada que recorrentemente apareceram nos traços dos relatos apresentados pelos nossos entrevistados, instrumentalizados no próximo tópico. Depois de colocada a congregação dos principais patriarcas e matriarcas da comunidade dentro das celebrações que ocorriam na casa de farinha de “seu Zuza”, esclarecemos, que também existia a ocorrência de uma participação ativa e de notável importância das gerações mais púberes da comunidade, como segue na foto 2.4.

FIGURA 2.4:
Celebração da primeira eucaristia no ano de 2008



Acervo pessoal de Djanira Getrudes

Esta participação dos novos farinheiros mesclada com os antigos no ambiente da casa de farinha oportunizava a transmissão do simbolismo deste espaço aos novos integrantes da comunidade instrumentalizando-se, assim, a tradição de simbolificar a casa de farinha como um espaço de cultuação ao

sagrado. Contudo torna-se necessário destacar que a nova geração foi *atravessada* por aspectos que não interagiram com as gerações antecessoras, que problematizaremos oportunamente no último capítulo como uma das possíveis causas para a decadência das casas de farinha.

Mediante a colocação da foto 2.4, reforçamos a ideia da interação das diversas gerações dentro do *espaço* da casa de farinha, por consequência, congregando-se ao sentido de comunhão simbolizado dentro/pelo próprio. Todavia, torna-se clarividente também a constatação do simbolismo da casa de farinha na respectiva comunidade por uma instituição formal que, de forma mensal, autorizava a celebração de missas formais no respectivo recinto²¹.

FIGURA 2.5:

Visita da pastoral do dízimo a casa de farinha da comunidade São João Batista em comemoração ao primeiro aniversário desta pastoral no ano de 1998



Acervo pessoal de Djanira Getrudes

Ainda apresentando a legitimação da casa de farinha, mediante, o discurso da liturgia oficial da igreja católica apostólica romana; podemos apresentar três casos de bastante peculiaridade, respectivamente: de um encontro da pastoral do dízimo, um casamento comunitário, juntamente a um batismo. Em primeiro caso a

²¹ Destacamos que não apresentamos a ata que consta a realização das celebrações das missas decorridas na casa de farinha – na comunidade de Lagoa do Barro – devido a indisponibilidade da pesquisa colocada pela paróquia da cidade. Segundo o padre paroquiano (possuidor do contato direto com as fontes) as atas não eram preenchidas pelos padres celebradores das missas por consequência de uma desorganização interna da paróquia que, por sua vez, não cobrava tais esclarecimentos.

pastoral do dízimo, dentro do *espaço* de cultuação ao divino erigido pela comunidade São João Batista, pode dar-nos de indício que os farinheiros, da alusiva comunidade, contribuíam fortuitamente para a manutenção das atividades da paróquia da cidade que, por uma questão de jurisprudência, subsidiava a legitimidade institucional das cerimônias mensais que ocorriam na casa de farinha.

Uma pequena visita que, para os farinheiros, legitimava institucionalmente o respectivo *espaço* de afirmação da fé. “Era muito importante ter o povo da igreja na Casa de Farinha, isso dava muito reconhecimento a aquilo que era feito na comunidade”, afirmou Andreia Barbosa (2016).

Dentre isto, não podemos deixar de enfatizar as características e as peculiaridades da comunidade que colocamos sob o estudo. Neste sentido, buscamos esclarecer que a comunidade São João Batista foi (e ainda é, contudo, mais mesclada com os aspectos mais diletantes de uma vida contemporânea que se antepõe as tradições mais longínquas) constituída por aspectos existenciais de caráter patriarcais; uma visão bastante consistente acerca da ideia de casamento, em outras palavras, onde a concepção que define o que “Deus une só a morte separa” se ratifica na estrutura familiar das gerações que vivenciaram o contexto da casa de farinha; a concepção de família com uma estruturação nuclear burguesa (homem, mulher e a prole); hegemonicamente com vinculação ao catolicismo; com uma formação educacional quase inexistente e, quando existente, vinculada a um nível primário de leitura, juntamente, ao domínio das quatro basilares operações matemáticas; dentre outros aspectos que fomentam uma vinculação a uma comunidade de caráter tradicionalista dos princípios do século XX.

Dentro das proposições que afirmam a legitimidade de uma cultura tradicionalista, chamamos atenção ao significado do casamento sob a perjury de nos direcionarmos para mais uma interface de simbologização da casa de farinha. Um evento único, por via de regra (exceto por questões de falecimento de um dos cônjuges) e que representa a construção de uma família reconhecida perante a deidade que emprega sentido à existência dos credores; assim, sintetizamos de maneira etnográfica²² a ideia de casamento internamente concebida na cultura que

²² Aqui destacamos este termo porque a concepção de casamento descrita corresponde a uma visão mais tradicional do matrimônio, segundo os preceitos bíblicos, que, segundo diversos traços apresentados por meio de entrevistas, representam a visão de muitos habitantes das antigas gerações da comunidade Lagoa do Barro. Assim, conhecer para interpretar como a concepção empregada pelo pesquisador ao seu objeto.

forja os farinheiros de Lagoa do Barro. Demarcando-se por este grau de importância, a celebração deste rito deveria ser realizada em um ambiente que congrega-se a junção de dois indivíduos que foram unidos pelos laços de suas trajetórias e que, simbolicamente, passariam a conceber-se enquanto “unidos em uma só carne” mediante os laços do matrimônio.

Neste sentido, para os olhares mais comuns e externos à comunidade São João Batista, o lugar da escolha seria erigido como a igreja mais imponente da cidade – a saber: a igreja matriz de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, situada no centro da cidade de Lagoa Seca e a pouco menos de 9 quilômetros de distância da comunidade – entretanto, para um conjunto de cinco casais, esta escolha foi divergente a estas convencionalidades. Dizemos isto, pois, no incurso de nossa pesquisa, deparamo-nos com um casamento comunitário, assim como, uma cerimônia de Batismo realizada na casa de farinha que enfatizamos como a mais imponente da comunidade.

FIGURA 2.6:

Comemoração de um casamento comunitário realizado na casa de farinha no ano de 2005, destacamos que todos pertencem a congregação de Lagoa do Barro



Acervo pessoal de Djanira Getrudes

Este caso ocorrido, fomentou arquétipos que conjugaram mais condições para a fortificação da casa de farinha como um elo comunitário, todavia, destacamos que este elo também possuiu uma simbologização a mais para os casais que possuíram o laço matrimonial legitimado pela corrente religiosa

hegemônica, em suma, a casa de farinha pode, através desta cerimônia, ser efetivada como o símbolo de demarcação para a emergência de famílias reconhecidas pela deidade cultuada pelos farinheiros. Nas duas fotos apresentadas (2.6 e 2.7) as cerimônias afirmam uma nova luz para a conexão de nossas análises à casa de farinha, sobretudo, pela significação deste ambiente para a celebração da união dos diversos casais que foram protagonistas da cerimônia. No que se refere ao batismo, percebemos à conjugação da casa de farinha como um espaço de reconhecimento de um indivíduo perante um dos principais ritos cristãos, por conseguinte, mais um caractere de atribuição que foge à estruturação arquitetônica.

Figura 2.7:

Celebração de um batismo realizada no ano de 2005 em uma casa de farinha



Acervo pessoal de Djanira Getrudes

A escolha do respectivo recinto para a realização da cerimônia fortalece a casa de farinha como um *espaço* de cultuação ao divino, juntamente, à uma correlação do próprio como celebrador da noção de família constituída nesta cerimônia e fortalecido a cada rito de união cotidiano. Dito isto, a designação de sacralidade correlacionada a casa de farinha torna-se sumariamente clarividente e, em consequência disto, a representação do espaço de beneficiamento da mandioca (mais especificamente a casa de farinha de seu Zuza), para os farinheiros da comunidade São João Batista, possui diversas conjugações que recorrentemente fogem a aquilo que pressupõe sua concepção arquitetônica em conjunto com a visão funcional da exterioridade (representada pelo olhar direcionado ao *lugar* da

casa de farinha). Em suma, uma notável transmutação de sentidos que, também, corrobora para outras proposições não necessariamente ligadas às formalidades que foram apresentadas até o referente momento nos ensejos das missas, comunhões até casamentos; para tanto, buscaremos agora apontar para os festejos.

Como se trata de uma comunidade situada no bojo de uma cultura de caráter tradicionalista e regionalista, não poderíamos deixar de expor sobre os festejos juninos que eram celebrados no ambiente da casa de farinha. De quermesses até quadrilhas juninas. Neste passo, a casa de farinha, transformou-se em um palco para a celebração de festividades que, por convenções histórico-culturais, designam aspectos do “ser nordestino”. Assim, destacamos as quadrilhas que promoviam a integração de diversas gerações ao *espaço* de representação da comunidade de Lagoa do Barro acabando por prefigurar em um rito de sociabilidade. Nas quadrilhas (como segue a imagem abaixo) encontravam-se pessoas com figurinos bem próprios na busca de celebrar os ensejos juninos, sobretudo, na data do padroeiro da comunidade, dia ou véspera de São João. Deste modo, mesmo caminhando para a interface lúdica, a celebração ainda representava a sacralidade de um ponto de vista reinterpretado.

FIGURA 2.8:

Quadrilha junina improvisada realizada no ano de 2009 na casa de farinha



Acervo pessoal de Djanira Getrudes

Nos festejos, por via de regra, o ritmo predominante era o forró. Através de cada “alavantu”, “anarieu” e as brincadeiras que circundam esta tradição do São João, o *espaço* da casa de farinha, ganhava novas tonalidades de sentido. Neste ponto, enfatizamos que quando associamos a concepção de tonalidade, podemos destacar até do ponto de vista literal, haja vista, como está demonstrada na fotografia 2.8, a colocação de bandeirolas para a costumização do referido ambiente para a configuração dos festejos promovedores das respectivas interações sociais.

Ainda se referindo aos festejos, podemos destacar também os recorrentes encontros de jovens na casa de farinha de Lagoa do Barro. Dito isto, cabe-nos expor que estes se tratavam de encontros, que podemos configurar mediante duas vias: dentro da comunidade (com apenas integrantes da congregação de Lagoa do Barro) e com as comunidades circunvizinhas (jovens de diversas localidades em torno da comunidade de Lagoa do Barro, sobretudo, dos sítios Covão, Alvinho, Almeida e Retiro). A partir deste caso, principalmente, sob a legitimação de serem crismandos; os jovens, se encontravam neste recinto de transformação material para discutir questões de sua vida, assim como, para cantar e festejar as condições que referenciavam o próprio rito de comunhão da mencionada experiência.

Figura 2.9:

Encontro de jovens na casa de farinha do ano de 2005



Acervo pessoal de Djanira Getrudes

Ressalta-se, na imagem 2.9 acima, a diferente mescla de integrantes que participavam dos encontros da juventude na casa de farinha, assim, multiplicando e complexificando, mais uma vez, a teia de sentidos que buscamos direcionar à este *lugar* (prédio) para a comunidade São João Batista. Cabe-se salientar que as círculos afetivos construídos nestes encontros acenaram para a casa de farinha como um *espaço* provedor desta fraternidade cristã, destacamos a referenciação religiosa devido à natureza destes encontros serem promovidos pelos jovens crismandos das comunidades circunvizinhas em concordância com os crismandos de Lagoa do Barro; das relações amorosas que se reforçavam e se criavam nestes encontros, especialmente, por se tratar de um público relativamente jovem os encontros também promoviam várias paixões, segundo uma pesquisa adjacente da qual não adentraremos para não nos desviarmos de nosso intuito principal; nas batucadas que faziam-se unificar em uma direção análoga a feitura das músicas, em suma, nestes encontros, as relações sociais que foram promovidas-construídas-solidificadas não se restringiram aos próprios e a referência para esta designação transformou a casa de farinha em baliza para tal sentimento.

Diante do que foi apresentado, necessariamente, findamos esta exposição acerca das interfaces da casa de farinha, construídas pelos *usos* dos farinheiros, através de uma última atribuição: o protagonismo político. Para tanto, atentamos para a utilização do recinto da casa de farinha como um ambiente provedor de reuniões dos agricultores para debater os aspectos que circundavam a comunidade do ponto de vista produtivo. Apesar de possuírem algumas consultas com a especialistas da área da agricultura e pecuária, sob convite do sindicato local; ou até com o próprio STRLS (sindicato dos trabalhadores rurais de Lagoa seca), destacamos que a congregação desta organização era interna, principalmente, articulada pelo dono da casa de farinha “seu Zuza”.

Esta proposição designou aos farinheiros uma atribuição auto-afirmada, segundo uma linguagem thompiana: um *fazer-se*. Dizemos isto devido a afirmação das condições adversas serem percebidas pelos agricultores e, como consequência, as medidas serem buscadas pelos próprios. Uma das principais dificuldades que se encontravam nas condições produtivas destes sujeitos históricos estavam relacionadas a dois eixos: as pragas e, sobretudo, as variâncias

pluviométricas que por vezes reverberaram na indisponibilidade de recursos hídricos para a manutenção das plantações, provenientes na comunidade.

Estas duas problemáticas que circundavam a vivência dos farinheiros, a primeira, era mais amena, especialmente, depois da implementação de um fertilizante natural produzido a partir do esterco bovino e com a manipueira (suco da mandioca extraído nas farinhadas). Esta introdução foi feita pelo agricultor Robson Alves e se dissipou para os outros agricultores nas reuniões da associação na casa de farinha. Destacamos ainda que o êxito desta fórmula se deu devido a abundância de matéria prima para a fabricação do fertilizante. Assim, podemos afirmar que este exemplo designou à casa de farinha também como *um espaço de construção e veiculação do saber* para os farinheiros de Lagoa do Barro.

FIGURA 2.10:

Unidos depois de uma reunião da associação dos agricultores de Lagoa do Barro no ano de 1998



Acervo pessoal de Djanira Getrudes

Na segunda principal dificuldade, localizada na vivência dos farinheiros, encontrou-se o eixo que reforçou a ideia de *contrato moral* nesta comunidade, pois, a seca (que tornou bastante inóspita as condições de vivência nesta região) foi sanada através de um projeto de auto ajuda dos farinheiros que através de mutirões cavavam pequenos barreiros em propriedades que demonstravam condições para o aproveitamento de água. Desta forma, a imagem que encontra-se logo acima (2.10) exemplifica o contingente humano que participava das reuniões da associação dos

moradores da comunidade de Lagoa do Barro e foi a partir de uma destas reuniões que foi selado o acordo para a construção dos micro-reservatórios de água.

Partindo das proposições que foram aferidas à casa de farinha, percebemos que foram diversas as interfaces existenciais designada a própria (perante o caso específico que encontrou-se sob análise). Desta forma, temos por base a necessária desconstrução da casa de farinha como um ambiente do imóvel, sobretudo, devido aos ínfimos trabalhos que se propuseram a analisar este notavelmente rico ambiente portador de salientes complexidades.

Neste caminhar, propusemos como o principal eixo norteador do tópico a seguir a leitura das memórias que foram construídas a partir dos agentes que arquitetaram o *espaço* da casa de farinha, assim, direcionar-nos-emos para a problematização da casa de farinha a partir dos traços imagéticos que foram-nos concedidos pelas agentes destes espaços. Assim, apesar de bastante lacunar, devido à necessidade de concisão, voltar-nos-emos para a exposição e análise da memória destes sujeitos.

2.3. Narrativas que manifestam a antiga coesão da comunidade São João Batista: memórias farinheiras como afirmação desta identidade

Quando falamos em memória, destacamos a complexidade deste campo de atuação investigativa, necessariamente e recorrentemente, problematizada nas mais diversas áreas de interpretação das relações (mono) sócio psíquicas²³. Para tanto, evidenciamos também a fomentação da própria a partir daquilo que não é, todavia, para o agente do presente, esta, um dia foi. Em consonância a isto, segundo Le Goff (1990, p.423),

[..] a memória, como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas.

²³ Aqui ressaltamos dois processos distintos: o que iremos abordar, que se trata da memória forjada a partir de um contexto sócio cultural, como correspondem as visões vinculadas as construções espaço-contextuais em relação à temática; juntamente, a outra visão que delinea a memória como um resíduo derivado da junção de pontes neurais, interpretadas pela neurociência; ou até a designação filosófica da memória, que possui uma ação de protagonismo do agente locutor a respectiva narração, que, necessariamente problematizaremos no relato enquanto fruto destas condição de recriação do passado pelo presente.

Neste caminhar, existe uma constante transformação das memórias do passado, mediante, o olhar do presente. Partindo deste pressuposto, a projeção do *ser do tempo* delimita, compacta, formata, a inteligibilidade de um *não ser do tempo*²⁴ por uma questão conjuntural que estabelece a ponte de uma subjetividade com um grupamento social.

Outro aspecto que temos que acrescentar trata-se da problematização que, necessariamente, devemos empregar às memórias que foram-nos concedidas pelos entrevistados, sobretudo, devido aos contextos vivenciados por eles no incurso desta pesquisa que se destoam da época mais usual da casa de farinha. Seguindo a análise formulada por Halbwachs (2003), advogamos que o grupo ou círculo social que envolve o agente formulador da narrativa mnemônica também possui um notável poder de influência, pois, dependendo do parâmetro de referência estabelecido para a construção da locução, sua natureza, tende a assumir novas formas, fundamentalmente, portadoras de junções que interligam-na a um grupamento social em comum.

Assumindo estas problematizações como aspectos manifestos na narração de nossos entrevistados, buscamos evidenciar o fio que interliga-os à respectiva comunidade e ao sentimento que os congregou em um grupamento social em comum, em síntese, a expressão simbólica empregada a casa de farinha. Desta forma, atentamos para a percepção da casa de farinha como um *lugar de memória*, pois, ela funcionou como uma baliza constitutiva para a formação discursiva de uma época integradora da/na comunidade São João Batista. Em consequência disto, estipulamos a configuração deste ambiente como o marco simbólico para a ativação de um eixo mnemônico da ideia de comunidade, portanto, um espaço de memória pois, parafraseando Nora (1993), eles assumem esta predileção devido as composições do presente demarcarem um esquecimento à aquilo que um dia foram. Assim, enfatizamos que apesar do presente marcar o passado com seus jogos de sentido de caráter narrativo, devemos possuir a prudência de não

²⁴ Neste ponto, destacamos a teoria do tempo a partir do prisma filosófico fundido pelo filósofo francês Paul Ricoeur (1994), sobretudo quando este vem a desconstruir a noção de memória como um aspecto cognitivo compartimentado e arregimentado na psique do suposto portador deste arquivo de informações. Em consequência desta corrente de raciocínio as expressões do passado ganham os contornos do presente por assumirem as caracterizações desta estrutura temporal que delimita uma possível resposta a determinação do tempo a partir da formulação de uma enunciação narrativa.

esquecer que o passado demarcou um traço na estrutura psíquica do que assumimos no hoje e, conseqüentemente a isto, categorizou as expectativas do porvir a partir de suas experiências²⁵ históricas, sociológicas e antropológicas.

Neste caminhar, selecionamos os traços discursivos que mais apresentaram o valor simbólico da casa de farinha para a respectiva identidade na comunidade São João Batista. Para o emprego de inteligibilidade na narração dos próprios, erigimos, a compartimentação dos dois usos destes ambientes: das convencionalidades (produção de bens de consumo) até as peculiaridades (dos usos diversos que eram voltados para os próprios) trabalhados neste tópico de forma simbiótica perante os indícios que foram deixadas por nossos entrevistados em suas enunciações memoriais. Desta forma, prenunciamos a exposição que ganhará protagonismo neste trecho com a apresentação referenciada por um personagem com vasta experiência nestes ambientes de beneficiamento da mandioca e de construção de identidades, juntamente a isto, desde seu nascimento até dias atuais encontrando-se como residente da comunidade colocada sob estudo. Seu nome Carlos José Pereira (vulgo Carrim) que desde criança ia para a casa de farinha do pai situada nos arredores da propriedade, assim, destaca-nos ele que

[...] quando eu era muito novo ia pro trabalho na casa de farinha. Fazer farinha era uma obrigação, afinal, a gente tinha que ajudar pai do roçado até o ensacamento. [...] eu lembro muito que se juntava agente na hora de raspar a mandioca e os mais velhos começavam a dizer umas histórias, que botava medo em todos os meninos e meninas que não queriam raspar. Ou raspava ou o velho do saco pegava, era essa a regra. Mas, de vez em quando, a gente se juntava e saia para brincar de bola no terreiro da casa de farinha. [...] era um tempo muito bom que eu sinto muita saudade (Carlos José Pereira, 2016).

Ressalta-se, na fala do entrevistado, a referência familiar que foi construída por ele na casa de farinha. Um forte laço demarcando a relação com o referente recinto de produção a partir das broncas e das histórias que se veicularam neste ambiente, contudo, destacamos que os presentes laços familiares que foram denunciados na fala deste, a partir do sistema de trabalho da farinha,

²⁵ Neste pequeno fragmento, especificamos que a evidenciação do presente não exclui a evocação de um passado substanciado na forma de experiência e prenunciador de uma expectativa. Em consequência disto, enfatizamos que as marcas indeléveis do passado agem no presente, que retorna-o para a transformação do primeiro, nunca esquecendo a referenciação das expectativas que são geradas em uma respectiva historicidade, portanto, podem ser mensuradas a partir das categorias históricas campo de experiências e horizonte de expectativas, segundo Koselleck (2008).

necessariamente, apontaram para uma dubiedade por assumir no final da enunciação o *saudosismo mesclado aos conflitos do entrevistado com seus pares consanguíneos*. Os conflitos que se resguardavam no sistema de hierarquização que era constituído nesta estrutura familiar (patriarcal) que legitimavam os usos de histórias para colocar medo nas crianças que não queriam trabalhar, destacando-se que estas criações discursivas aterrorizantes, para o contexto, eram empregadas quando os responsáveis não se utilizavam de violência física.

Ainda destacando a fala de nosso entrevistado, enfatiza ele que

[...] na casa de farinha era muito bom quando se encontrava o povo para fazer farinha junto. Nas conversas da gente aparecia de um tudo. Do futebol com time que cada um gostava de torcer ou até tirar onda com o outro; ou até dos rachas que aconteciam todos os dias depois do trabalho na lagoa²⁶. Era uma época muito trabalhosa porque não era fácil fazer farinha, mas, era muito bom por causa das amizades que lembro. [...] até que gostaria que aquele tempo volta-se, porque, hoje em dia: quase que a gente, aqui no sítio, não se encontra, cada um trabalha pra seu lado e o povo só se distancia (Carlos José Pereira, 2016).

Muitos traços importantes são apresentados na fala de nosso entrevistado, das relações afetivas que já foram evidenciadas do outro fragmento até o estado de descontentamento com o presente. Em consequência do exposto, verificamos que a fala dele exibiu uma peculiaridade dos centros urbanos que atravessaram silenciosamente o campo: a desagregação da ideia de comunidade cotidianamente forjada a partir das relações de trabalho que se estabelecem em um cotidiano comum.

Para tanto, pode-se dizer que este fenômeno torna-se verificável devido ao deslocamento da mão-de-obra camponesa para os ambientes urbanos circunvizinhos, sinteticamente, podemos afirmar que as raras migrações sazonais de outrora, tornaram-se regra dentro da comunidade são João Batista, pois, grande parte dos agricultores passaram a assumir outras funções que problematizaremos dentro do último capítulo nas possíveis razões para a decadência das casas de farinha.

²⁶ Esclarecemos que tratava-se de um campo de futebol que foi construído dentro de uma lagoa demasiadamente plana, que era utilizado para jogos amadores diariamente, iniciando-se às 17:00 até o anoitecer. Além de sua localização denominar o lugar de decorrência das partidas, ainda (dentro do período de chuvas) aconteciam os alagamentos, assim, tornando impossibilitados as partidas (informações dadas pelo entrevistado).

O descontentamento também encaminha outra esfera da comunidade quando se referimos aos usos das casas de farinha, nestas lembranças destaca o referido entrevistado que

O tempo que a gente se encontrava na casa de farinha de seu Zuza era diferente demais, o povo saía de casa depois da janta e ia se encontrando no caminho. Lá de casa saía eu, minha irmã e minha sobrinha; passava lá por minha outra irmã e era mais uma outra “penca de gente” que vinha mais meu compadre galego; até passar lá por Zezinho preto pra completar a turma. Quando chegava lá... era muito engraçado e animado as novenas do mês de maio. A gente cantava, conversava entre a gente e com deus, quando voltava era outra bagunça. [...] tinha uns que corriam na frente para subir em um pé de manga para assustar os outros e depois que vinha a turma toda [...] era uma bagunça muito grande (Carlos José Pereira, 2016).

Mais um fragmento que ressalta a função simbólica do espaço que congregava as diferentes pessoas que vivenciavam e construíam a experiência da comunidade agregada à casa de farinha que, como consequência, fomentou a singularidade do sentido de comunidade referenciando-se pela ideia de um particular fenômeno histórico. Desde os prenúncios que expõe a natureza da principal casa de farinha da comunidade, no que tange a configuração simbólica; à natureza das relações que eram tecidas no entorno do caminho que se direcionava às referidas celebrações/encontros comunitários.

Uma época que é exposta nas “franjas do discurso” do entrevistado como um marco para uma “idade de ouro” naquilo que se pode chamar de comunidade. Nisto, as brincadeiras, os cantos, as amizades e os laços de compadrio; cada aspecto assume uma natureza que no breve relato fomenta uma predisposição congregadora ao espaço da casa de farinha à respectiva definição de lugar de pertencimento, para tanto, foi-nos possível perceber o traço que designa à casa de farinha o protagonismo de uma demarcação temporal, quando o próprio denomina a “*época de casa de farinha de seu Zuza*”.

Se existe uma ponte de uma impressão individual (no caso do já referido entrevistado e sua comunidade) e uma coletiva, nada mais salutar, que expor outras versões sobre a representação simbólica da casa de farinha na respectiva comunidade. Dito isto, torna-se explícito o intuito de tornar, segundo Halbwachs (2003), mais fortificada a recordação, na medida que a experiência é compartilhada por muitas posições de interpretação. Para tanto, caminhamos para a observação de um outro personagem que possui um *lugar de fala* similar daquele que estabelecemos, para o selecionamento do primeiro entrevistado. Desde criança

vivenciando nos espaços das casas de farinha e sobrinho do primeiro entrevistado, assim Luciano Arruda forneceu-nos um depoimento. Com a similar experiência do primeiro entrevistado, se atentarmos para o espaço cotidiano de existência nas casas de farinha, buscamos seguir pela mesma linha de investigação em nossa produção de entrevista, destacando também que a faixa etária que compreende os dois referidos entrevistados é de sumária diferença, todavia, devido ao *tempo desacelerado* que configura a noção de tempo rural, deparamo-nos com posicionamentos consonantes.

Afirmando a similaridade na fala do primeiro entrevistado, o segundo, colocou em sua exposição que

A lembrança que tenho é muito importante da época que trabalhava na casa de farinha. Lá eu tinha que trampar muito, mas, sempre era bom, com as conversas que deixava mais suave, o serviço pesado. Além do mais, quando se juntava eu, pipa, carrim e os outros meninos, se conversava de tudo. Do futebol até das cachaças, que a gente tomava com vô depois que terminava a farinha. [...] até porque não dava pra beber quando estava fazendo farinha. Isso porque o forno deixava um calor danado, além da catinga que tinha a massa que fazia agente sair da casa de farinha de vez em quando (Luciano Arruda, 2016).

Um breve, mas contundente reforço para afirmarmos a casa de farinha como um espaço de sociabilidade, sem a inibição da interpretação que forja o suor daqueles que construíram a possibilidade de sobrevivência a partir do árduo esforço exercido. Dizemos isto, porque foi enfatizada, as dificuldades que circundavam a produção da farinha. Embebida de suor (com a ação que era, hegemonicamente realizada através da tração humana), condições insalubres (devido ao odor que era derivado do nocivo suco extraído da mandioca em seu período de exposição ao calor ou até, catalisando esta nocividade, depois de moída com seu processo de fermentação acelerado); todavia, a ligação com o avô depois e em meio a este processo reforçava os laços familiares dentro do ambiente de produção, sobretudo, arraigado de álcool e conversas de diversos os assuntos para tolerar a fadiga do trabalho braçal, que era uma consequência comum do esforço repetitivo.

Sobre as variantes que envolveram os usos da casa de farinha, podemos destacar o fragmento que nosso respectivo entrevistado apresenta aos encontros

masculinos para a celebração com o divino a partir da informalidade²⁷. Em primeiro ponto, segundo ele,

[...] era muito bom encontrar os amigos e compadres nos terços de quinta feira. A gente se reunia rezava e depois conversava. Lembro que começava umas sete horas da noite e ia até umas oito, depois era só café e conversa. [...] Aconteceu durante pouco tempo lá na casa de farinha de seu Zuza, mas, era muito satisfatório encontrar os amigos. [...] hoje, a maioria mora na cidade e para rezar um terço, que nem era feito, não tem como. Acho que ia ter um desencontro na distância e, também, na falta de segurança, porque, hoje em dia não se pode colocar o pé de fora de casa de noite, por causa dos bandidos (Luciano Arruda, 2016).

Neste fragmento, podemos perceber um tom de saudosismo, descontentamento com o presente, juntamente à demarcação da casa de farinha como um espaço de construção cotidiana das relações de celebração com o divino. O primeiro entrevistado destacou as novenas e o segundo o terço dos homens, por conseguinte, nosso argumento que busca identificar a casa de farinha em simbiose com o sentido de comunidade no contexto de investigação, torna-se cada vez mais contundente. Assim como se ressalta esta importância, torna-se fulcral perceber estes ritos (expostos pelo segundo entrevistado) como celebração ao patriarcado, devido à natureza destes encontros serem personificados por indivíduos de caráter masculino. Deste modo, cabe-nos destacar ainda outros tipos de confraternização que eram decorrentes nas casas de farinha, principalmente, quando existiam dificuldades similares enfrentadas por indivíduos que viviam na comunidade, assim, podemos destacar o recorrente problema como o fenômeno climático da seca.

Dito isto, torna-se salutar a colocação de nosso entrevistado acerca das reuniões que aconteciam nas casas de farinha em torno destas temáticas, segundo ele

[...] aquele tempo que se sucedeu nos anos de 1998 e 1999²⁸ foram muito difíceis. Lembro de ver a maioria dos açudes secos, rachados que só se via

²⁷ Destacamos a caracterização destes ritos deslocados da liturgia oficial, sobretudo, pelo caráter destes encontros serem organizados pelos próprios rezadores do terço, assim, não dependentes da legitimação do discurso oficial vinculado as entidades eclesiais superiores.

²⁸ Tratou-se de uma época de notável baixa pluviométrica na região do compartimento da Borborema (da qual Lagoa Seca faz parte). Segundo Macedo (2011) “Entre os anos de 1979 a 1983 e 1998 e 1999, o sistema de abastecimento de água da cidade de Campina Grande, localizada no Agreste paraibano, quase entrou em colapso, devido a eventos de seca na região” (p. 105). Dentro deste contexto de notável hostilidade climática para as mínimas condições de sobrevivência na zona rural Lagoa-sequense, os agricultores, destinavam-se a escavar reservatórios em busca de lençóis freáticos menos profundos (destacando-se que esta busca era feita por atividade braçal) de propriedade em propriedade, dentro de um sistema de ajuda mutua. Pode-se dizer que este “contrato moral” que era construído pelos farinheiros além de cercear condições que fomentavam a implementação do sentido de comunidade a partir da mútua dependência, também era de

a lama. Tinha um lado bom: peixe, quando secava o açude era a carne que a gente comia na mistura, mas, faltava o principal: a água, tanto para a gente, quanto para as criações. [...] aí a gente se reunia na casa de farinha de vô ou lá em Zuza, até porque tava todo mundo sujo do dia de trabalho; e resolvia se ajudar em uma coisa que agente chamava de “cachorra magra” [...] todo mundo ajudava a cavar um barreirinho para ter a água de beber, cozinhar e dar para as criações; depois voltava para ajudar quem o ajudou. Era assim, a vida era difícil, mas, todo mundo ajudava todo mundo (Luciano Arruda, 2016).

Em face da enunciação que foi colocada pelo nosso segundo entrevistado, a função simbólica da casa de farinha passa a assumir uma condição política em sua descrição, pois, o espaço de congregação destes trabalhadores em busca de discutir as possibilidades de sobrevivência, em uma região historicamente forjada pelas oscilações pluviométricas, voltava-se para este ambiente empregando-o uma nova significância. Em uma linguagem weberiana, pode-se dizer que existiu uma *ação social em comum que congregou um grupamento social em condições de autoajuda*. Um traço memorial simples que apresenta-nos a teia de significados que eram justapostas ao ambiente de produção de farinha. Dentro desta proposição, a casa de farinha, assume uma interface que congregou o protagonismo dos farinheiros mediante sua existência que, implicitamente, vem a demonstrar o descaso do poder do estado (público) para com este grupamento social.

Diante do exposto, o sentido de comunidade que é salientado pelo entrevistado desemboca na casa de farinha, sendo ela um marco ou símbolo deste sentimento de integração. Perante as designações enumeradas nas entrevistas, que podemos denominar como *alegorias dos espaços*, a casa de farinha assumiu protagonismo por fomentar o sentimento de congregação atrelada ao seu ambiente. Mediante as interfaces do processo mnemônico fica então implícita a função de evocação das memórias a partir do espaço da farinha juntamente ao retorno, pois, esta relação fomenta um lastro ao processo de simbologização da própria. Apesar de buscar destacar as narrativas memoriais dos entrevistados, necessariamente, problematizamo-las como distintas da concepção de história, sobretudo, mediante a colocação que Nora (1993) nos dimensiona, segundo ele

A memória é sempre suspeita para a história, cuja verdadeira missão é destruí-la e a repelir. A história é a deslegitimação do passado vivido. No horizonte das sociedades da história, nos limites do mundo completamente

fundamental importância para a sobrevivência dos próprios, sobretudo, pelo fato de ser uma questão problemática a propriedade de cisternas nesta comunidade, segundo o próprio entrevistado, “poucos possuíam, por ser muito cara a construção”.

historicizado, haveria dessacralização última e definitiva. O movimento da história, a ambição histórica não são a exaltação do que verdadeiramente aconteceu, mas sua anulação (NORA, 1993, p.9).

Partindo do que foi exposto, não devemos tomar a memória como história, todavia, a primeira pode prenunciar laços do passado a partir de visões do presente (em nosso caso, as marcas indeléveis que construíram um significado peculiar às casas de farinha perante as narrações dos farinheiros) que servem para as construções das narrativas para a segunda, mediante, as necessárias ferramentas teóricas e metodológicas.

Neste caminhar, torna-se demasiadamente enriquecedor a contribuição enunciativa do presente de um outro gênero da comunidade, assim, através de um olhar de caráter feminino ao longo do processo de beneficiamento da mandioca juntamente à simbologização destes ambientes. Para tanto, buscamos apresentar na primeira dimensão interpretativa, a terceira entrevistada de nossa seleção, tendo em vista suas experiências de curtas, mas profundas latências com estes ambientes. Seu nome Andreia Barbosa que possuiu grande parte de sua infância à adolescência dentro destes recintos, juntamente, ao período de integração na casa de farinha de “seu Zuza”. Dito isto, ressalta-nos ela que a percepção feminina acerca da casa de farinha assumia uma notável distinção, se comparada as crianças do sexo masculino, segundo ela

[...] quando o povo se reunia pra raspar mandioca, mainha mandava ir ligeiro, enquanto isto, os meninos muitas vezes saiam para brincar de toca ou até jogar bola. Minha mãe sempre dizia que tínhamos que nos esforçar para raspar rápido, para não demorar muito a produção. Se demora-se demais, a gente não podia ir para casa rápido para ver a novela das seis, que a gente gostava muito. Enquanto isto, os homens continuavam produzindo (Andreia Barbosa, 2016).

Dentro das colocações que são expostas na fala de nossa entrevistada, podemos destacar um modelo de percepção acerca das mulheres como mais comprometidas em curta relação de tempo à produção da farinha, sobretudo, devido ao caráter da estruturação familiar que está sendo abordada desde as primeiras manifestações e definições de gênero que direcionam a mulher como uma figura voltada para o empenho e ao acolhimento. Perante esta perspectiva, grande parte das estruturas psíquicas das mulheres que vivenciaram o cotidiano da produção de farinha assimilaram desde muito cedo a predileção às responsabilidades direcionadas as coisas mais delicadas. Para reforçar isto, a própria ainda coloca

que “o trabalho, quase sempre, de raspar era feito por nós (mulheres) porque a gente tinha uma mão leve e não tirava muito miolo da mandioca, [...] os homens só iam quando tinha que preparar logo a farinha” (Andreia Barbosa, 2016).

Mediante a já referida colocação, a mulher (para a entrevistada) é correspondente a uma figura delicada, em contraposição a truculência masculina. Simbolicamente uma relação notavelmente destacada que apresenta a condição do homem como forte e truculento, por conseguinte, predisposto a não possuir êxito no ato de raspagem. Ainda sob destaque na primeira fala de nossa entrevistada, percebemos a relação de separação das mulheres com os homens em meio ao processo de produção por um tempo, pois, “a ida para assistir a novela” resignava o espaço doméstico às mulheres e a permanência no trabalho para os homens que iriam friccionar a mandioca a um grande rolo farpado movido pelo motor a querosene (na moagem).

Dentro da entrevista fornecida por Barbosa (2016), ainda podemos destacar a participação também ativa das mulheres dentro do processo de simbologização da casa de farinha, segundo ela

[...] as mulheres iam em todas as novenas. Cantavam, puxavam a reza no terço, faziam preces... a gente era bastante importante, porque, nas cerimônias os homens não falavam muito. Somente os que puxavam a reza, de vez em quando falavam. [...] mas, se eles não falavam para rezar, quando terminavam as novenas na casa de farinha, não paravam de falar, eram umas matracas (Andreia Barbosa, 2016).

Perante o fragmento de fala de nossa entrevistada uma peculiaridade, na referida comunidade de cultura patriarcal, pois a novena era um espaço onde se destoava a voz feminina. Conduzida por uma funcionalidade pré-estabelecida é bem verdade, todavia, o laço de ligação com o divino se expressava pela suavidade das vozes mais agudas em detrimento do acompanhamento das graves entoações. Ainda sobre esta peculiaridade, destaca a entrevistada que “cabia às mais velhas puxar a reza e as mais novas as leituras das novenas, claro, quando os meninos de mais vocação não estavam dispostos para ler” (Andreia Barbosa, 2016).

Assim, as vozes que iniciavam as orações estavam pré-estabelecidas por uma vinculação à faixa etária, entretanto, as leituras não seguiam esta predileção pelos mais antigos serem em maioria silenciosos (tímidos); desta forma, cotidianamente aqueles que eram bem-quistos (vocacionados) pelos interlocutores da novena eram erigidos para estabelecer tal ponte entre os crentes e a deidade

evocada nas recorrentes cerimônias (por vezes homens, mas, também, podiam ser mulheres).

Mediante as proposições que foram levantadas pela primeira entrevistada, argumentamos sobre a necessária participação feminina nos cultos, sobretudo, a partir da fala de nossa segunda entrevistada que possui uma ação ativa nas celebrações da comunidade a mais de uma década. Seu nome Edvânia Gertrudes, viveu uma parte de sua vida em São Paulo, entretanto, também vivenciou grandes momentos na casa de farinha de seu Zuza e dentro da comunidade São João Batista, mais especificamente, da infância à adolescência. Dentro da conjectura discursiva que buscamos tecer sobre a participação das mulheres nos cultos das casas de farinha, destacamos a participação destas também na ida para as novenas, pois, segundo ela

[...] a maioria dos homens, desde o tempo que a gente ia para as celebrações na casa de farinha de seu Zuza até hoje, só vai por causa da mulher que fica chamando. Tanto por causa do cansaço, que eu até entendo, quando era na semana os cultos; ou até por comodidade. [...] aí era o jeito agoniar para eles ir com a gente e se juntar para rezar por um mundo melhor [...] eu via que tinham muitos que iam para não deixar a mulher ir só, pois, era perigoso porque tinha cachorro solto e, hoje, não é cachorro é ladrão mesmo (Edvânia Gertrudes, 2016).

No fragmento colocado pela entrevistada um protagonismo notavelmente importante se resguarda à condição feminina, sobretudo, no espaço externo ao processo de simbologização da casa de farinha a partir das celebrações mais cotidianas, especialmente, pela evocação da participação dos maridos nas cerimônias para servi-las de companhia. Não apenas no sagrado, mas também, nas festas que circundavam as casas de farinha, principalmente as quermesses que eram realizadas para angariar fundos para a manutenção do espaço de celebração ao divino, segundo Edvânia Gertrudes (2016), “eu sempre chamava ele (marido) quando tinha quermesse e depois de um tempo, a gente sempre ia, afinal, tínhamos que ajudar a comunidade”.

Um rito simples, todavia, as simplicidades são as teias que complexificam a conjunção existencial formatadora dos processos históricos, para tanto, esta participação conjuga um lugar de ação feminina para o processo de simbologização da comunidade São João Batista em torno das casas de farinha. Dentro desta contextualização que formatou o simbolismo da casa de farinha a partir dos fragmentos de entrevistas dos farinheiros que possuíram disponibilidade para a

construção desta análise, cabe-nos agora uma problematização acerca do processo que culminou com a decadência destes espaços, tanto com o desaparecimento através de demolições ou mediante os dez-usos a partir do abandono, assim, existe a possibilidade de conjecturarmos uma análise da casa de farinha a partir do hoje em consonância a respectiva comunidade que tematizará o capítulo que se encontra em sequência.

3. O “MAL ESTAR” NA COMUNIDADE: A DECADÊNCIA DAS CASAS DE FARINHA EM LAGOA DO BARRO

A modernidade viveu em um estado de permanente guerra à tradição, legitimada pelo anseio de coletivizar o destino humano em um plano mais alto e novo, que substituiu-se a velha ordem remanescente, já esfaldada por uma nova e melhor. Ela deveria, portanto, purificar-se daqueles que ameaçam voltar a sua intrínseca irreverência contra seus próprios princípios.

Zygmunt Bauman

Um dilema permanente que decorre no processo de modernização (tanto urbano como rural) resguarda-se nas contradições-afrontamentos-destruições do antigo pelo novo. Não que este processo transcorra em uma construção de superfícies imaculadas: o novo como uma superação completa do arcaico e o segundo como uma refutação acabada do primeiro, em síntese, no procedimento epistemológico de percepção das transformações históricas o caminhar das inscrições humanas são como palimpsestos²⁹. Apesar desta complexidade, é inegável a ênfase naquilo que é novo como o sinônimo do “ser moderno”, ou uma premissa que resume a concepção de sujeito como algo que provém de uma autonomia.

Neste caminhar, conjecturamos que esta prerrogativa ganhou mais sonoridade e influência pós-hegemonização do modo-de-produção capitalista, entretanto, a concepção de sujeito como sistematização de um destino humano em um plano mais alto e novo por ser racional deriva desde o teorema filosófico de Descartes. Mas, mesmo existindo esta prerrogativa moderna “essencializando” um destino manifesto humano³⁰, percebemos, uma ideia de congregação diferentemente da concepção que visa a sociedade como um conjunto de individualidades.

²⁹ Tipo de documentação/escrita muito utilizada quando era convencional o uso do pergaminho. Pelo pergaminho ser notavelmente custoso era costumeira existir mais de uma inscrição, todavia, os novos textos não cobriam totalmente os antigos, por conseguinte, fazendo aparecer os dois com mais ênfase nos novos escritos. Aqui, salientamos que esta prática serviu como uma comparação para percebermos como nas transformações da história se mesclam tradições (antigo) com as concepções de modernidade (novo).

³⁰ Traçamos aqui tal terminação para expressar o projeto universalizante do indivíduo singular, provedor de sua existência e racional. Este aspecto começou a amarrar-se pelo campo da filosofia racionalista até alcançar a idealização de uma proposição sociopolítica do liberalismo.

Nesse percurso, percebemos duas vias da destituição do protagonismo de nosso objeto de estudo para a comunidade de Lagoa do Barro, respectivamente: a construção de uma ideia “abstrata de homem moderno” opondo-se ao tradicional que, transportando para a relação de campo e cidade construiu a magnificência do primeiro em oposição ao retardamento do segundo. Ainda sob a aurora de uma coesão para a desenvolvimento, todavia, em segundo ponto, percebemos um processo similar com a expansão do individualismo, pois, com ele, as amarras daquilo que concebemos como a comunhão e solidariedade tornaram-se estigmatizadas, assim como, inoportunizadas.

Partindo desta problematização, erigimos como necessário a transformação perceptiva da teia de sentidos, concebida por Geertz (1989) como cultura, voltada para a relação que construiu condições para a simbiose da comunidade São João Batista com a casa de Farinha. De condições condizentes para tal caracterização com uma relação mais rústica com a natureza, bem como, relações materiais menos voltadas para o lucro; à inserção dos aparatos modernos, a translocação mercadológica (de uma economia interna para uma externa), educacionais, assim como, estruturais (construção de um prédio para os cultos).

Mediante tais aspectos, enxergamos uma destituição da casa de farinha nas monções evolucionistas e abstratas da “natureza do ‘ser moderno’, logo, urbano”; para tanto, mensuramos tal afinidade discursiva problematizando os preceitos da educação institucional que formatou os camponeses de Lagoa do Barro que analisaremos no tópico em sequência. Acompanhado, a esta condicionante moderna encontrou-se uma variante individualista que tornou dissolvida a relação da comunidade com os espaços de transformação material, em decorrência, principalmente, de uma expansão da proposição de comunidade naquele lugarejo que incorporou uma nova teia de relações a partir de trocas simbólicas com os centros urbanos circunvizinhos.

Afirmamos estas designações, acompanhados na proposição de Bauman (2003) acerca da ideia de comunidade. Segundo o referido autor, através de laços solidários de auto-ajuda promovidos em um corpo social hermeticamente constituído (fechado entre seus pares) se constitui aquilo que podemos definir como a ideia de comunidade. Um sistema que comporta aspectos e referências definidoras das coesões internas, contudo, com o processo de assimilação dos

preceitos “extra-comunais”, Lagoa do Barro, destituiu aquilo que talvez constitui-se enquanto mais opulente marco identitário: a relação simbiótica com as casas de farinha. Com a deposição deste símbolo, necessariamente, a ideia que envolve a definição de comunidade passou a confeccionar novas terminações não associadas diretamente à referência maior daquilo que transformou-se em símbolo de coesão, por conseguinte, não poderíamos falar em benevolência na comunidade referida, mas sim, em um processo de mal-estar promovido pela decadência de um símbolo.

Dentro destas diretrizes, buscamos associar a produção deste capítulo apontando as violências que atravessaram o declínio das casas de farinha nesta comunidade, da condição simbólica até à objetividade, acompanhando uma breve apresentação acerca do presente das casas de farinha em Lagoa do Barro. Neste sentido, avultamos que para a confecção deste exercício de interpretação, fundamentalmente, não associamos nosso objeto a decadência da comunidade, mas sim, as prerrogativas que delimitam a própria, pois, esta terminação, assume em seu âmago determinados traços para a fomentação dos laços sociais que respaldam suas referências. Dito isto, apresentaremos a seguir as condições que pleitearam a decadência das casas de farinha na comunidade de Lagoa do Barro.

3.1. Os tramites para a decadência das casas de farinha na comunidade Lagoa do Barro: da estrutura funcional ao símbolo

Depois das condições que foram construídas pelos farinheiros para a definição da casa de farinha enquanto um símbolo, necessariamente, voltamo-nos para as possíveis causas que fomentaram a decadência destes ambientes. Para tanto, devemos salientar a atinente complexidade desta temática que, essencialmente, precisa de muitas vias semânticas para contextualizar o fim, objetivamente falando, da matriz existencial da comunidade representada pelo/no/perante o espaço que interpretamos até o referido momento. Seguindo esta predileção, erigimos como necessárias vias de explanação diversos campos causais, sobretudo, envolvendo das condições para a feitura/composição/transformação do ambiente de modificação da mandioca em

farinha como *coisa em si* até a caracterização do próprio como uma *coisa para si*³¹. Partindo deste pressuposto, devemos enveredar das condições de objetividade (relações que se direcionavam para o âmbito da economia) que envolveram o decréscimo destes espaços até as representações singulares da comunidade São João Batista.

Neste sentido, elencamos alguns possíveis condicionamentos que oportunizaram o declínio das casas de farinha de Lagoa do Barro. Do campo das relações econômicas até o âmbito da educação institucionalizada, todavia, instrumentalizamos esta análise com a prudência de destacar que estes aspectos não caminharam de forma deslocada, mas, em consonância com as demais condicionantes que fizeram compor tais propensões. Neste caminhar, lançamos em primeiro ponto as qualidades que circundavam a formação das novas gerações dos farinheiros que, após meados da primeira década do século XXI, passaram a possuir um maior nível de instrução acadêmica³². Um aspecto que deveria possuir um protagonismo benévolo para a formatação destas novas gerações, todavia, a atribuição direcionou os novos farinheiros para caminhos diferentes do que se propõe uma educação que valorizaria o espaço de pertencimento do corpo discente.

Dizemos isto devido ao caráter da educação institucionalizada que foi a principal “substância instrutiva” para a formação destes sujeitos³³. Conjecturando esta afirmativa, devido aos resultados de uma pesquisa sobre esta percepção, vislumbramos que a ideia de formação fundamentadora da construção intelectual da referida nova geração tramitou em uma nefasta e problemática proposição, sintetizada por nós da seguinte forma: a benevolência direcionada aos centros

³¹ Tratamos aqui, em primeiro ponto, daquilo que pressupõe à arquitetura e o funcionamento da casa de farinha transfigurado na singularidade que foi exposta no caso estudado.

³² Em um breve levantamento (com a aplicação de um questionário, composto de questões diretas, e com os traços que foram emergentes nas falas dos entrevistados) que foi colocado em nossa pesquisa, percebemos que o alcance da formação educacional de nível médio passou a ser hegemônico nas gerações mais púberes desta comunidade que tinha em finais dos anos 1990, por via regra, a maior formação institucionalizada localizada até o término do nível fundamental 1 nas gerações mais antigas.

³³ Estas afirmações, assim como, a referida análise que tramita em torno da educação e instrução passada para os farinheiros; foram construídas em torno de uma pesquisa de iniciação científica – cota 2015-2016 – pautada na problematização da relação do ensino de história com os “saberes da tradição”. Em consonância com esta problemática, foram recolhidos dados, juntamente a entrevistas com discentes que moravam na zona rural de Lagoa Seca, sobretudo, de uma localidade vizinha ao locús de nossa pesquisa (denominada de Alvinho), entretanto, destacamos que a referida pesquisa foi expandida para os discentes que viviam em Lagoa do Barro, por conseguinte, referenciando as proposições que serão expostas neste trecho sobre a educação relacionada ao processo de declínio da casa de farinha enquanto símbolo de coesão social, assim como, de manutenção econômica.

urbanos, por estarem pautados nas trilhas do desenvolvimento tecno-científica e em uma aspiração naturalizada daquilo que vem a ser o novo, logo, “bom”; opondo-se ao arcaico e malogro campo que, supostamente, se baseia no atraso e imbuído daquilo que o “progresso” deve tramitar em desacordo: a tradição, prontamente negativada como ruim.

No entanto, esta composição discursiva não se baseia em hipérboles – evidenciando sua intenção a partir de uma construção manifesta e direta de uma intenção, no caso exagerando – mas em uma perversa enunciação eufemística – numa exposição taciturna e comedida que através do silêncio ou da homogeneização calam as peculiaridades do “campo” – que apresenta o campo como um espaço imbuído de uma visão “romântica e a-histórica”.

A grosso modo, este discurso impele ao campo uma realidade homogênea permeada de carros de boi, enxadas, aparatos rústicos, assim como, de sujeitos sem rosto³⁴. Nesta proposição que, parafraseando Certeau (2012), pode ser definida por sua predileção a encobrir a beleza das tradições, pois estas, se encontram localizadas nos subterrâneos do tempo e encobertas pelos escombros produzidos pela “destruição-constructiva” da ótica contemporânea capitalista; essencialmente, se é invocada uma “vontade do novo”, logo, o antigo torna-se o estigma do indesejado.

Na proposição que fundamentou a perspectiva de visão dos alunos camponeses aos respectivos lugares de habitação, assim como, de demarcação existencial em um espaço e tempo – ou seja, onde se circunda a *pedra de toque* para a formação de suas concernentes *consciências históricas* – advogamos que estes, tornaram-se antônimos daquilo que se propõe a ser a principal premissa do modelo escolar comum: voltar o aluno para o tecnicismo urbano e estigmatizando tudo aquilo que se baliza nas diferenças com estes centros. Cabe-se salientar que não se trata de uma associação nova, segundo Certeau (2008), a referida é datada desde o século XII quando as cidades passaram a servir “de baliza ou marco

³⁴ Colocamos aqui está expressão para denunciar o silêncio histórico que a historiografia, hegemonicamente urbana, atribuiu às peculiaridades que decorreram nos processos históricos formatadores das subjetividades, classes e comunidades camponesas. Mediante uma operação de encobrimento, estes “infames” (sem fama), passaram a ser engolidos por uma hegemonia que suplanta as condições heterogêneas que os formataram, portanto, históricas que buscamos apresentar uma “voz narrativa” apresentadora dos traços singulares de uma peculiar relação estabelecida entre um “nicho social” e um ambiente demarcador do pertencimento (segundo nossa leitura) dos camponeses à aquilo que denominamos de comunidade.

totalizador quase mítico para estratégias socioeconômicas e políticas, a vida urbana deixa sempre mais remontar aquilo que o projeto urbanístico dela excluía” (p.174). Por conseguinte, trata-se de uma longa *hegemonia do poder cidadão*, em implicação, à estigmatização daquilo que lhe é excluído, especialmente, o campo.

Apesar desta nefasta “pústula” – da cidade para o campo – não se trata de algo imutável, mas sim, de conteúdos que se reinventam segundo as perspectivas conjecturais de caráter correspondente aos regimes de poder e de saber³⁵. Dizemos isto, pois, averiguamos em nosso levantamento sobre a relação do ensino, mais especificamente de história, com os espaços de vivência dos alunos camponeses e percebemos uma notável falácia, salientando que não em referência ao discurso direto, mas, em retumbantes silêncios³⁶. Assim, inferimos que as demarcações do estigma aos espaços camponeses aconteceram pelo silenciamento destes ambientes construídos pela suposta magnitude de um imponente demarcador do princípio do “ser moderno”, conjugando sempre o verbo mudar.

Em um levantamento que construímos acerca do declínio da casa de farinha, por consequência, da cultura da farinha e do “ser farinheiro”; necessariamente, atribuímos um notável protagonismo ao modelo educacional vigente. Partindo deste pressuposto, as condições de recepção às tradições passadas de geração em geração estariam *atravessadas* por uma composição discursiva notavelmente calamitosa para a própria. Desde a veiculação das enunciações que valorizam os centros urbanos silenciando as “margens” até a seleção de “capitais” que formataram a condição da escola como dez-construtora de outras referências. Neste caminhar, quando os saberes construídos no espaço da casa de farinha divergissem das prerrogativas institucionais da escola, necessariamente, a segunda, exercia uma *violência simbólica* naturalizando um *habitus* urbano e ilegalizando as condições destes interlocutores que vivenciavam

³⁵ Afirmamos isto para não passar ao leitor uma ideia a-histórica da hegemonia discursiva cidadina, enfatizando seu caráter mutável em decorrência das proposições confeccionadas em suas respectivas conjunturas, assim, podendo passar por uma legitimação da ótica desenvolvimentista (como foi o caso do contexto da industrialização brasileira) até o anseio do novo (aspecto evidenciado em nosso contexto de investigação).

³⁶ Levantamos este argumento em consonância à aquilo que foi construído na referida pesquisa. Tendo como um principal eixo de nossa problematização as entrevistas, notamos, as constantes críticas voltadas para a instrução do ensino de história para à vivência dos alunos camponeses. Desta forma, conjecturamos que a referida problemática ganha opulência devido a não alcançar o espaço de pertencimento dos alunos, por conseguinte, (quando falamos nos alunos de Lagoa do Barro) estigmatizando como a-históricos seus espaços de vivência e corroborando em uma desvalorização dos próprios.

em Lagoa do Barro. Deste modo, a educação que estava sendo introduzida na comunidade de Lagoa do Barro reproduzia uma lógica vinculada a uma preparação dos interlocutores do campo para a retirada de sua localidade de origem, assim, sendo impelidos a assumir as prerrogativas pragmáticas e subjetivas do “ser urbano”.

Consonantemente à educação que foi introduzida nas novas gerações da comunidade de Lagoa do Barro, encontrou-se a construção de uma capela no respectivo lugarejo, inaugurada por volta do ano de 2011. Assim, estes habitantes passaram a se desprender, simbolicamente, do *espaço* da casa de farinha, pois eles decidiram se adequar a normatização arquitetural que ocorria em outras comunidades circunvizinhas, por conseguinte, sendo possuidores de uma capela arquitetonicamente projetada para esta função. Em decorrência da construção deste *lugar* de celebração ao sagrado, fundamentalmente, as cerimônias que aconteciam na casa de farinha de “seu Zuza” tornaram-se inexistentes.

Neste sentido, a peculiaridade que demarcou internamente e externamente a identidade dos habitantes da comunidade São João Batista entrou em declínio, principalmente, pela simbiótica relação com o espaço da casa de farinha para a manifestação das prerrogativas do “ser comunitário”. Cabe-se salientar que esta definição aqui exposta não vislumbra elencar à casa de farinha o sentido de decadência da comunidade, até porque a segunda encontra-se viva e pulsante de uma forma reinterpretada; todavia, percebemos que a decadência da relação desta comunidade com os ambientes das casas de farinha tornaram-se emergentes e catalisaram-se com a construção de um “novo *lugar* de celebração à sacralidade”, isto porque, este, configurou ainda mais a degenerescência dos *espaços* que aqui estão sendo expostos e interpretados.

Posteriormente à inauguração do edifício projetado para o culto, destacamos que não só as celebrações institucionalizadas (missas, casamentos e batismos) deixaram a casa de farinha, mas ainda, as já referidas celebrações informais (terços e novenas) também a abandonaram. O desuso, no que tange às ações protagonistas dos habitantes de Lagoa do Barro, aos ambientes das casas de farinha, tornaram o simbolismo destes ambientes conjugados no passado. Enfatizamos ainda, a capela como um espaço de celebração e de sociabilidade em festejos como foram descritos no capítulo anterior, sobretudo, em quermesses para

o levantamento de fundos em prol da manutenção deste recinto. Mediante isto, não podemos inferir outra adjetivação que não seja de antípoda da casa de farinha à capela, enfatizando ainda que não somente ela, porém, torna-se inegável sua característica perante tal inquirição.

Acompanhando a problematização no que tange as condições psíquicas e estruturais, percebemos as jaezes que incorporaram as funções mais pragmáticas da casa de farinha que entraram paralelamente em declínio. Para tais especificidades, acreditamos ser necessária a percepção de um conjunto de fatores agregados a ideia de sustentação material da comunidade. Diante disto, podemos afirmar que as casas de farinha de Lagoa do Barro passaram a entrar em declínio também devido ao escoamento da mão-de-obra do campo para a cidade (também, resultantes de um modelo educacional formulado para esta finalidade: produzir mão-de-obra para os centros urbanos). Neste movimento, ocorriam indisponibilidades destes trabalhadores prepararem farinha por possuírem outras funções.

Mediante as possíveis causas para o escoamento da mão-de-obra, necessariamente, encontraram-se as condições pouco convidativas que eram impelidas a aqueles que se dispunham a fazer farinha, assim como, as dificuldades climáticas que atravessavam a produção do tubérculo utilizado como matéria-prima. Mas, diferentemente de outrora, por exemplo, com as secas já mencionadas de 1998-1999; os habitantes de Lagoa do Barro passaram a possuir formação e o mercado de trabalho da rainha da Borborema passou a aglutinar sua força de trabalho, principalmente, para o atacado, a indústria e o varejo³⁷. Apesar de falarmos em mão-de-obra com formação institucional, necessariamente, atentamos para a geração pós década de 1990, pois, os antigos agricultores também se deslocaram, todavia, para a construção civil campinense.

Quando atentamos para a condição de declínio das casas de farinha, também, voltamo-nos para premissas de caráter mercadológico, principalmente, para a competição que foi forjada pela produção na comunidade de Lagoa do Barro com os mercados circunvizinhos. Deste modo, inferimos que a relação estabelecida com a produção de farinha e a manutenção comercial do município de Lagoa Seca

³⁷ Levantamento feito por uma pesquisa de curto fôlego que abarcou os habitantes de Lagoa do Barro de uma faixa etária entre 18 e 25 anos e, tendo como sua fundamental prerrogativa a aplicação de alguns pequenos questionários.

é longínqua (desde a época em que era distrito de Campina Grande) e o escoamento pela feira central da “Rainha da Borborema” também é deveras antigo, todavia, a caracterização da competição que encontrou-se emergente em finais da década de 1990, juntamente, às condições reais de produção pleitearam a impossibilidade dos farinheiros de Lagoa do Barro transitar suas mercadorias em busca de prover melhores condições materiais para sua existência.

Dizemos isto, através dos traços que foram expostos nas falas de nossos entrevistados, juntamente, a um levantamento que vamos tentar dissecar em nosso processo de análise. Em primeiro ponto, destacamos as condições para a produção que passaram a ser otimizadas com o motor de querosene que tracionava a moagem e, em algumas exceções, o forno elétrico que foram implantados nas casas de farinha de Lagoa do Barro. Todavia, os meios de produção que antecederam a implantação dos aparatos modernos eram bem díspares, segundo nosso entrevistado

[...] no tempo que a gente produzia farinha e não tinha o motor para moer, era muito difícil. Me lembro muito bem que quando tinha 24 ou 25 anos agente raspava a mandioca e depois deixava ela descansando em um tonel grande, as vezes até em formas. Mais ou menos em dois ou três dias. Isso deixava a mandioca mole e soltava o suco todo dela. Assim a gente podia prensar, peneirar, depois cozinhar. [...] podia até ser difícil e custoso, mas, não faltava mandioca para a gente fazer farinha. E, digo mais, sobrava mandioca para o gado ser engordado (Carlos José Pereira, 2016).

Destacamos, neste fragmento de fala, a notável dificuldade na produção da farinha dentro do contexto que antecedeu a introdução do motor a querosene, todavia, a produção era condizente com as condições reais de produção que tinham como direcionamento hegemônico a economia interna da comunidade de Lagoa do Barro, principalmente, para a subsistência. A problemática não se atrela na introdução das máquinas, mas sim, na transformação que constituiu-se mercadologicamente aos produtores desta comunidade. Neste sentido, ainda destaca nosso entrevistado que

[...] com a chegada do motor de gás na produção de farinha, mudou muito. Antes disto, sobrava mandioca e agente vendia entre agente mesmo a farinha que fazia. Pouco ia para a feira de Campina Grande. Mas, para falar a verdade, com a chegada do motor a coisa ficou tão ligeira que teve gente que passou a vender só para a feira de Campina. Ou melhor, não era na feira, mas, para um rapaz que vinha comprar aqui e tirava o ganho dele na feira. Mas, o problema era que quem comprava dava pouco dinheiro para a

gente, acho que ele era que se dava bem... um lucro bom danado, nem trabalhava e depois só ganhava em cima (Carlos José Pereira, 2016).

Dito isto, o referente entrevistado, apresenta-nos uma condição adversa na produção e mercantilização da farinha, que além de possuir as dificuldades do trabalho eram transversas pelos atravessadores/mercadores, na maioria das vezes morador da própria localidade. Mas voltando ao pilar de nossa discussão, percebemos uma notável mudança de foco acerca do direcionamento da produção da farinha. Um deslocamento na produção que se centralizava para a manutenção do produto nas imediações da comunidade através de contratos monetários ou, mais comumente, por meio de contratos morais que podemos auferir, parafraseando Thompson (2008), como sendo um possível elo que criador de um sentido de coesão em um meio social, especialmente, pela relação que constituía-se na natureza destas trocas comerciais que entram na contramão do modo-de-produção capitalista por não se basear em uma regra da oferta e da demanda direcionada à busca do lucro.

Caminhando em consonância com as nossas colocações, enfatizamos que a ideia de direcionamento mercadológico se deslocou do “destino a priori” (dentro da própria comunidade), mediante os anseios de produção que foram otimizados pela introdução de signos de modernidade nas condições produtivas para um “destino a posteriori”. Neste sentido, como uma espécie de atenuante às impossibilidades de competição mercadológica dos produtores da farinha lagoa-sequences, destacamos, o fervilhar dos grandes supermercados que passaram a dispor diversos bens de consumo a preços que não podiam ser igualados pelos produtores camponeses.

Segundo uma estimativa levantada por Costa (2013), em finais da década de 1990 e início dos anos 2000, Campina Grande começou a ganhar um diferente e robusto “tônus mercantil” sobretudo, porque, as grandes redes de mercados (supermercados) passaram a construir novas filiais dissipando-se das artérias da cidade para os bairros marginais, e isto, enfraqueceu vertiginosamente o potencial mercadológico da feira central³⁸. Assim, o centro comercial que passou a ser o

³⁸ Esta argumentação ganha força inclusive na medida em que o “pico da feira central”, atualmente, encontra-se situado, principalmente, no sábado. Destacamos ainda que quando atentamos para o “enfraquecimento da feira, direcionamo-nos ao seu potencial de competição mediante às grandes

direcionamento da farinha incidiu a não conceder rentabilidade à produção farinheira dos produtores de Lagoa do Barro. Neste sentido, outro entrevistado nos destacou que

[...] não tinha como se manter por muito tempo somente vendendo farinha. O que o feirante pagava a gente era quase nada. Dava até para entender, porque ele tinha que ter um lucro para ele. Mas não tinha como competir com o supermercado. Lá o quilo de farinha era muito mais barato do que na feira. E se o feirante vende-se no mesmo preço, agente e ele morria de fome. [...] Não sei como o mercado sustentava aquele preço, afinal não é fácil fazer farinha³⁹ (Luciano Arruda, 2016).

Mediante tais proposições destacamos às infrutíferas condições estruturais que se engendraram na cultura da farinha da comunidade Lagoa do Barro. Mais do que impossibilidade, no que tange à competição, inevitavelmente, deflagrou-se uma diminuição dos preços da farinha que, por consequência, diminuiu o poder de compra/produção da matéria-prima para os farinhaeiros.

O impacto no decréscimo dos preços alcançou diretamente o repasse daqueles que se voltaram para o mercado intermunicipal, notadamente, dificultando a compra da mandioca que foi substituída pelo plantio de outras leguminosas/tubérculos principalmente a batata-doce, devido a sua rentabilidade. Explicou-nos um entrevistado que: “o quilo da mandioca, quando era caro, custava 16 ou 17 centavos. Mas, a gente comprava por 14 ou 15, já o saco de batata-doce a gente comprava por 32 ou 34 reais” (Luciano Arruda, 2016).

Em um cálculo simples de ser entendido, um roçado normal (mais ou menos 1 hectare) produzia cerca de 5 a 6 e meia carroças-de-boi, cada uma, possuindo um equivalente de três toneladas de mandioca, logo, a produção em média neste espaço gerava uma renda média de 2300 reais dentro de um ano e meio ou dois anos do plantio, com gastos na retirada de plantas intrusas e na adubação do território de preparo, juntamente, com a esperança de chuvas regulares e a não ocorrência de um acidente⁴⁰; já a batata-doce era bastante rentável por se tratar de

redes de mercado que passaram a ser o alvo dos consumidores em busca de melhores preços (no que tange, por exemplo à farinha industrializada).

³⁹ Destacamos que a produção de farinha que adentrou nos grandes varejos e mercados possuíam sua produção engendrada em uma industrialização que diminuía o preço da produção, assim como, sufocava as produções não industriais.

⁴⁰ Destacou-nos Luciano Arruda (2016) que “era muito difícil não acontecer nada de ruim. Quando não era às chuvas que não deixavam a mandioca crescer; era formiga vermelha que comia as folhinhas das “manivas” novas; bicho solto (boi, carneiros, aves) dos outros no roçado que comia as mandiocas, pisava nos “lerões” e fazia uma bagunça danada”. Segundo suas palavras, nosso

um plantio bienal e um hectare possuir a capacidade de gerar uma renda para o produtor de cerca de 900 ou até 1000 reais em média por colheita.

Uma dificuldade calamitosa que inoportunamente encontrou condições de produção maximizadas pelo motor movido a querosene. Em diversos sentidos, este participe da produção que já caracterizamos como *estranho*; constituiu uma nova lógica temporal no espaço da produção, pois, sua introdução possibilitou um aceleração de um processo bastante lento de beneficiamento da mandioca em grandes recipientes com água para torna-las menos densas. Uma produção que durava em média 4 dias do arranque à pesagem e o ensacamento, passou a ser menos de 48 horas. Notadamente, trata-se uma transformação altamente profunda que ainda, em alguns poucos casos, passou a possuir o forno elétrico como catalizador destas novas demandas temporais, mercadológicas, assim como, de mão-de-obra.

Neste sentido, destacamos que a otimização da produção alcançou tal patamar que as próprias divisões do tempo de trabalho se modificaram, por conseguinte, podemos sobressair o cozimento da massa de mandioca que, segundo Cesar Gertrudes (2016), “era feito de noite” devido às altas temperaturas que encontravam-se ao redor do forno, juntamente, com a alta sensação térmica que historicamente tramita em períodos de verão entre os 32° aos 35° na região municipal de Lagoa Seca; todavia, com o forno elétrico, o cozimento passou a ser feito no horário diurno, por não necessitar de uma mão-de-obra ativa e permanente aos entornos do forno. Uma otimização da produção bastante dúbia. A curto prazo uma explosão da produção farinheira que decorreu em um novo contingente produtivo, assim como, um neófito campo de articulação econômica que foi o propulsor de uma mudança de olhares daquela região, de uma economia intracomunal para olhares intermunicipais; todavia, a longo prazo, os impactos foram de notável depredação das condições de produção dentro dos ambientes das casas de farinha.

entrevistado destacou uma dificuldade em produzir a matéria-prima da farinha e a custo bastante inapropriado para a manutenção da respectiva cultura, diferentemente, de outras culturas menos trabalhosas e muito mais rentáveis como feijão, batata-doce, milho e até macaxeira (também conhecido como aipim); salientamos que as “pequenas manivas” eram como eram conhecidas às plantas que derivavam do plantio da mandioca e lerão trata-se do espaço de plantio preparado em forma de pequenas elevações retilíneas que comportavam mais umidade do solo, assim como, controlava o crescimento dos tubérculos.

Partindo deste pressuposto, o tempo passou a ser otimizado, as demandas da feira passaram a ser mais opulentas, entretanto, “o leviatã” da produção industrial passou a corroer o mercado produtor de farinha de Lagoa do Barro. Neste caminhar, os processos que se aglutinaram para fazer corroer a produção, vivência e ressignificação da/nas casas de farinha de Lagoa do Barro tornaram-se dramáticos, haja vista, que todo este processo desembocou em uma crescente degenerescência destes ambientes. Como enfatizados anteriormente, não de forma desagregada, mas, em uma consonante “marcha fúnebre” que cada *acorde*, das condições materiais (ou em uma linguagem marxista infra-estruturais) às demarcações psíquicas (super-estruturais), demarcaram a decadência objetiva e simbólica das casas de farinha na comunidade Lagoa do Barro.

Em decorrência desta resultante, como não poderia ser diferente, buscamos construir um levantamento para perceber quais foram as políticas públicas municipais que auxiliaram os produtores de farinha de Lagoa do Barro, todavia, este, tornou-se inoportuno devido à inexistência de tais ações⁴¹. Demarcando-se às principais condições que fizeram tornar-se escombros, da metáfora até a condição objetiva (como será exposto no próximo tópico); as tão imponentes casas de farinha para este lugarejo, necessariamente, direcionamo-nos para o tópico subsequente que buscará apresentar o presente destes espaços, na respectiva localidade.

3.2. O presente das Casas de Farinha na comunidade Lagoa do Barro: uma breve exposição sobre um profundo panorama de esquecimentos

Depois de colocadas as condições que fomentaram o processo de degenerescência das casas de farinha na comunidade de Lagoa do Barro, necessariamente, percebemos a carência de uma breve exposição acerca do presente que envolve a existência de nosso objeto de estudo. Naturalmente, desde o princípio de nossa explanação acerca da temática, problematizamos uma relação de decadência destes espaços e, quando atentamos para o presente,

⁴¹ Foram realizadas duas visitas aos arquivos municipais de Lagoa Seca para buscar quais foram as medidas de proteção articuladas na câmara municipal Napoleão Coutinho ou na prefeitura da cidade para o lócus de nossa pesquisa - do ano de 2000 até 2007 – todavia, não conseguimos encontrar nenhum projeto que busca-se dar sustentabilidade à produção de farinha.

essencialmente, deparamo-nos com um profundo espectro do esquecimento marcado pelas condições que expusemos no tópico anterior, todavia, apesar de problemática traçamos também uma linha de continuidade imagética das casas de farinha na lembrança das gerações mais antigas. Paralelamente a esta proposição, entendemos uma constante e emergente destruição destes espaços que, aos olhos do hoje (nova geração), tornaram-se as marcas de um ríspido passado que se antepõe a uma passagem para o desenvolvimento tecno-científico.

Seguindo a precipitação que foi levada às condições de pauperização das casas de farinha, fizemos um levantamento que incorreu em um nefasto resultado: numa comunidade onde encontrou-se uma notavelmente presente relação com as casas de farinha, assim como, as variantes de sua produção (farinha, tapioca, beiju); constatamos que nenhuma casa de farinha encontra-se ativada com assiduidade (a mais próxima aliás encontra-se em um lugarejo vizinho denominado popularmente de “Alto do Amor”, sob a administração de um habitante local, conhecido como “chico do beiju”), por conseguinte, falar em decadência das casas de farinha, na comunidade de Lagoa do Barro, não se trata de um “frenesi desmedido”, mas sim, de uma constatação que nos infere a perceber que nos dias atuais, estes espaços, tornaram-se turvos traços (marcas) da identidade e subsistência da comunidade em que um dia, estes ambientes, possuíram um notável protagonismo para os que foram construídos nos/pelos próprios.

Caminhando consonantemente a este processo de destituição da simbiose comunidade/casa de farinha, podemos traçar três principais vias para a relação da comunidade com a casa de farinha – de forma objetiva na atualidade – respectivamente: a “reinterpretação” do ambiente, o abandono e a destruição. Necessariamente, tratam-se de três versões salientemente distintas, sobretudo, mediante o escopo de nossa análise. Para tanto, designaremos três casos específicos que podem apresentar uma linha interpretativa para a percepção do leitor. Seguindo neste intento, apontamos como necessário o selecionamento de alguns casos esporádicos que serão exemplificados pelas três imagens (figuras) que se seguem na exposição deste tópico.

Partindo do foco que foi dirigido, advogamos para a designação do primeiro traço, visualmente falando, de degenerescência da relação comunidade/casa de farinha exposto na “reinterpretação” do ambiente. Em torno disto, apontamos para o

caso da moradia de José Carlos Pereira (um de nossos entrevistados). Como segue na imagem 3.1, a residência deste personagem foi construída no ano de 2005, todavia, esta representação iconográfica não expõe que esta morada foi edificada sobre os escombros de uma antiga casa de farinha, pertencente ao seu pai Manoel Raulino.

FIGURA 3.1:

Habitação construída sob as ruínas de uma casa de Farinha



Acervo Pessoal de Alex Pereira da Silva

Não buscamos a partir deste caso expor que exista uma sobrevivência do espaço farinheiro, afinal este foi destruído para a construção da referida casa, todavia, a cada traço que este personagem nos colocou em sua entrevista, recorrentemente, dirigia-se a casa de farinha de seu pai que foi “morta” objetivamente para a construção de sua moradia em contraposição a eternização do símbolo a partir de um lugar de referência.

Segundo suas palavras “hoje moro numa casa que foi feita em cima de onde era a casa de farinha de meu pai” (Pereira, 2016), deste modo, existe uma continuidade do espaço de pertença, entretanto, não se trata de uma socialização da memória, mas sim, de um recrudescimento da própria segundo às experiências do próprio sujeito histórico, neste sentido, falamos em decadência da relação com a casa de farinha, pois, sua lembrança tornou-se interna na medida em que o *lugar de memória* foi sepultado para a construção de uma moradia.

Diante do exposto, a construção e a veiculação de uma narrativa que se propulse-se a coligar o sentimento das novas gerações a uma relação com a casa

de farinha tornou-se castrada, mais especificamente, pela extinção do arquétipo visual que poderia dar suporte a própria. E, em decorrência deste processo, quando o Sr. Carlos Pereira expelir o último sopro de sua vida, juntamente à sua geração, as memórias que foram coligadas e correlatas ao espaço antecessor serão carregadas pelo esquecimento daqueles que, por ventura, se depararão com sua moradia e não reconhecerão que ali um dia foi uma casa de farinha e que decorreu naquele espaço diversas atividades fomentadoras de ligações comunitárias antepostas ao ríspido e truculento horizonte individualista que, abruptamente, invadiu as relações camponesas (aqui representadas pela casa de farinha).

FIGURA 3.2:
Casa de farinha abandonada



Acervo Pessoal de Alex Pereira da Silva

Apenas um caso, mas, os efeitos ressoam e latejam para aqueles que acompanharam o dramático epitáfio que foi escrito por cada farinheiro ao enxergarem a “morte”, objetivamente falando, destes espaços de pertencimento. Acompanhado a esta “destruição construtiva”, que acabamos por descrever, podemos situar um segundo e não menos doloroso ponto para a relação da comunidade com estes ambientes: o abandono. Como exemplificamos na figura 3.2, este processo corroborou para o deslocamento de um espaço de vida (para aquilo que defendemos até o momento presente, a partir da ideia de comunidade) em um mausoléu que sustenta em seu âmago um simbolismo de um passado apenas encontrado na psique daqueles que viveram tal experiência. Um mausoléu que não

retumba com passividade mas que, a cada olhar dos farinhaes, ressoa com as lembranças de um passado assombradas pelos fantasmas do presente⁴².

Como se segue na figura acima, apresentamos apenas um caso que explana notadamente o trato empregado no presente às casas de farinha de Lagoa do Barro. Onde um dia foi o espaço que oxigenou a ideia de comunidade, mediante festas, transformação material, rodas de conversas e etc.; tornou-se o abrigo para indesejados animais (ratos, baratas, vespas, cupins). No abandono encontra-se o drama que atravessa estes espaços e, como consequência, apresenta um nefasto horizonte na consciência histórica das novas gerações de Lagoa do Barro, sintetizadas por nós na seguinte sentença: num processo de alienação dos novos que não se reconhecerão enquanto pertencentes à uma trajetória histórica que os interligou ao espaço das casas de farinha.

Neste trajeto, as ruínas do hoje profanam a vivacidade do ontem. Em cada espaço que se esboçou enquanto abandonado, enxergamos uma negação as estruturas fundadoras dos alicerces da comunidade. Não que estejamos apontando um horizonte existencial planejado para os que vivenciam atualmente o cotidiano daquele lugarejo, todavia, não podemos negar que o processo que, diletantemente, vem transformando aquela comunidade possuiu um custo que foi pago com a vida de um símbolo, todavia, estes, não podem ser entregues ao esquecimento.

Diante destas colocações cabe-nos incidir acerca do terceiro caso: a destruição. Dentro desta categoria não poderíamos deixar de explicar sobre outro caso que não fosse a casa de farinha de seu Zuza (como segue na figura 3.3). Desta forma, destacamos que este tornou-se a principal causa para defendermos a relação de decadência entre a simbiose comunidade/casa de farinha, sobretudo, devido ao simbolismo que foi apresentado por nosso estudo a partir da feitura do segundo capítulo. Perante a destruição de um ambiente de tal simbolismo ficou-nos conveniente atribuir um mal-estar à comunidade que colocamos sobre estudo porque mais do que ruínas e do *lugar* vazio resultantes da destruição deste *espaço*, ressoam os traços de um passado que oportunizou a coesão de uma comunidade a partir de um marco arquitetônico reutilizado para outras finalidades não ligadas à transformação material, mas sim, de caráter imaterial.

⁴² Aqui colocamos esta metáfora para expor as contradições, segundo os (as) entrevistados (as), da vivência que foi representada na época da casa de farinha com os comportamentos adquiridos e reproduzidos no presente pelos moradores de Lagoa do Barro.

FIGURA 3.3:

Lugar onde se situava a casa de farinha mais simbolicamente importante da comunidade



Acervo Pessoal de Alex Pereira da Silva

Mediante as caracterizações que foram possíveis de captarmos no presente das casas de farinha, pudemos perceber que não se trata de uma relação de preservação, muito pelo contrário. Desta forma, poucas linhas foram-nos possíveis de serem apresentadas, até porque nosso intento buscou expor a importância destes espaços para a constituição da ideia de comunidade em Lagoa do Barro; todavia, acreditamos que dentro desta singela exposição conseguimos mensurar o quão nefasto horizonte que se apresenta para às casas de farinha da comunidade São João Batista. Dito isto, atentamos para a necessidades de mais interpretações, pois, somente a partir deste exercício tornar-se-ão salvos do esquecimento aqueles ambientes que um dia pleitearam a formação da respectiva comunidade, pois, discorrer sobre a constituição da comunidade Lagoa do Barro sem as casas de farinha torna-se um ultrajante relato que subjuga aos subterrâneos do esquecimento aquele que um dia simbolizou a concepção que defendemos como sendo um elo de coesão comunal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No contexto do trajeto desta pesquisa conseguimos apresentar sobre a casa de farinha juntamente à relação de simbolismo com a comunidade de Lagoa do Barro, acreditamos ter alcançado uma notável lacuna que ainda se encontra perene no campo da historiografia. Situando tal aspecto, direcionando-nos para o eixo de nossa problemática: apresentar em um plano que fuja do convencional à casa de farinha, portanto, embasando-nos em tal premissa, alvejamos construir uma narrativa que se dispusesse a abarcar grande parte das experiências traçadas do campo da pesquisa em história à formação da consciência histórica que circunda o pesquisador, haja vista minha experiência de longa data com o objeto de pesquisa, já apresentada na introdução.

Diante de tais inferências, constitui-se enquanto necessário direcionarmos à junção de aspectos que foram tolhidos por nossa análise. Em primeiro ponto, conseguimos alcançar uma via de representação da casa de farinha que foi exemplificada nos primeiros tópicos de nossa exposição, no entanto, tal levantamento fortificou os problemas que pudemos traçar a priori: uma estrutura discursiva pragmática que se direciona para a casa de farinha como um mero espaço de transformação material. Caminhado em vias paralelas a tais premissas que foram levantadas, a pesquisa de campo, possibilitou-nos a percepção de um algo a mais que formatou estes espaços, dos artefatos que fazem parte do recinto sendo reinterpretados (um forno transformado em espaço de conversa, por exemplo) à própria direção de funcionamento ao lugar (que se direcionava para ritos de diversas naturezas).

Assim, pudemos construir uma interpretação à casa de farinha que demonstrou as diversas “partículas existenciais” que lhes foram próprias, sobretudo, por deixar bem claro que tratamos em abordar um estudo de caso direcionado a uma comunidade em particular e, por vezes, a uma casa de farinha específica (Seu Zuza). Para tanto, traçamos uma linha de interpretação que mesclou alguns pontos de vista dissonantes em sua completude, entretanto convergentes, na medida em que abstrairmos-lhes conceitos específicos. Neste sentido, falar da exposição abstrata que recolhemos acerca de uma experiência singular na comunidade de

Lagoa do Barro pode abrir algumas prerrogativas de intersecção no campo dos estudos da pesquisa em história.

Dizemos isto porque grande parte das proposições que levantamos podem servir de balizamento para análises a posteriori em nosso campo de investigação, seja em outros casos ou revisando nosso objeto de estudo com diferentes perguntas, sobretudo, por acreditarmos que o princípio da pesquisa em história dar-se em sua constante in-completude, segundo Certeau (2011), apontando para novas interpretações. Em consonância a tal afirmação, entramos em concordância com a assertiva que afirma, parafraseando Barke (1985), que a história é escrita para ser reescrita.

Destacando-se tais aspectos que atravessam nossa percepção acerca do *métier* historiográfico, acreditamos que nosso levantamento colaborou de forma direta ao campo de estudos que fortificam a relação da história com a memória, entretanto, não buscando utilizar a primeira para sacralizar a segunda mas tecer um diálogo que possibilita-se o registro daqueles que foram selecionados e se dispuseram a contribuir com nosso intuito de constituir as bases para a configuração de um estudo que valoriza-se tais espaços que desde longa data atravessam a história brasileira e, mais especificamente, tornaram-se um marco na comunidade que erigimos como nosso *locus* de estudo.

Caminhando nesta mesma via, percebemos que nossa interpretação empregou também possibilidades para diferentes interpretações que se direcionem ao campo da história local. Dizemos isto, por perceber a relação quase que simbiótica das casas de farinha com a economia de subsistência da agricultura de minifúndios. Temos como percepção às experiências nortistas que já são objetos de estudo da sociologia da educação e que também podem ser investigadas sob o olhar historiográfico, entretanto, estes espaços não ficam situados apenas nesta região como indica nossa análise. Diante de tais inferências acreditamos contribuir para outras interpretações no campo da história local porque, apesar de ser um fenômeno de caráter nacional, as casas de farinha possuem suas peculiaridades na medida em que são envolvidas por diferentes corpos sociais e, por consequência, os laços que são estabelecidos tornam-se sumariamente divergentes.

A partir do que pudemos levantar acerca da temática proposta, acreditamos estar contribuindo de forma pontual com a linha de pesquisa que assume, de

maneira mais objetiva, os estudos incorporados à questão das identidades articuladas aos símbolos. Por conseguinte, não poderíamos nos abster acerca da relação da simbologização da casa de farinha em Lagoa do Barro envolvendo os aspectos que fundamentaram a identidade daquele grupamento social específico.

Dito isto, abarcando uma micro-dimensão interpretativa e alvejando as diversas estruturas que, por vezes, oportunizaram outras nem tanto, a relação simbiose comunidade e casa de farinha; acreditamos estudar uma via de resistência sociocultural às efemeridades do individualismo que se dissipou com o avanço do capitalismo e, por conseguinte, apresentou-nos a necessidade de interpretar quais foram os modelos que tornaram a casa de farinha uma “viga de sustentação para a ideia de comunidade. Nisto, acreditamos ter seguido uma linha de investigação que oportunizou uma pequena estrofe, na então breve sinfonia discursiva que vem circundando à historiografia brasileira, sobretudo, no que se direciona aos espaços camponeses e as peculiaridades que envolvem seus processos históricos.

REFERÊNCIAS

AIRES, Luciano de Queiroz. **Com as fotografias em cima da mesa: o que fazer historiador?**, In: ARANHA, Gervácio Batista; FARIAS, Elton John da Silva (Orgs.). Epistemologia, Historiografia & Linguagens. Campina Grande: EDUFPG, 2013, pp.234 – 252.

BARK, William Carrol. **Origens da Idade média**. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

BARROS, José D'Assunção. Droysen: Os Desdobramentos Relativistas do Historicismo. In: **Teoria da história 4: acordos historiográficos – uma nova proposta para a teoria da história**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011, pp. 97-128.

BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

_____. **O Mal-Estar da Pós-Modernidade**. Tradução de Mauro Gama e Claudia Martinelli Gama. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou O Ofício de Historiador**. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2002.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. 11. ed. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil, 2007.

BRANDÃO, Thaysa Barbosa Cavalcante. **Caracterização da qualidade da farinha de mandioca no agreste alagoano**. Maceió, AL: UFAL (Dissertação de Mestrado), 2007.

CERTEAU, Michel de. **A cultura no plural**. Tradução de Enid Abreu Dobránszky. 7. ed. Campinas, SP: Papirus, 2012.

_____. **A escrita da história**. Tradução de Maria de Lourdes Menezes; Revisão técnica de Arno Vogel. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.

_____. **A invenção do cotidiano 1 - Artes de fazer**. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. 15. ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2008.

COSTA, Leonardo Barbosa da. A localização das novas formas de consumir e habitar na cidade. In: **Estruturação da cidade de Campina Grande: as estratégias e intencionalidade do mercado imobiliário**. João Pessoa: UFPB (Dissertação de Mestrado), 2013, pp. 90-113.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **História oral: memória, tempo e identidades**. 2. ed. Belo Horizonte, MG: Autêntica Editora, 2010.

DILTHEY, Wilhelm. **Introducción a las ciencias del espíritu**. Tradução de Eugenio Imaz. 2. ed. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1949.

_____. **Tipos de concepção de mundo**. Tradução de Artur Morão. Lisboa: LusoSofia Press, 1992.

DOSSE, François. **A história em migalhas, dos Annales a nova história.** Tradução de Dulce Oliveira Amarante dos Santos. São Paulo: EDUSC, 2003.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas.** Rio de Janeiro, RJ: Guanabara Koogan, 1989.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2003.

HEIDEGGER, Martin. **Identidade e diferença.** Tradução de Ernildo Stein. Petrópolis, RJ: Vozes; São Paulo: Livraria Duas Cidades, 2006.

KOSELLECK, Reinhart. “Espaço de experiência” e “horizonte de expectativa”: duas categorias históricas. In: **Futuro Passado, contribuição à semântica dos tempos históricos.** Tradução de Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006, pp. 305-327.

LEFEBVRE, Henri. Perspectivas da sociologia rural. In: **Introdução crítica a sociologia rural;** MARTINS, José de Sousa (Org.). São Paulo: HUCITEC, 1986, pp. 163-177.

LE GOFF, Jacques. Memória. In: **_. História e memória.** Tradução de Bernardo Leitão... [et al.] -- Campinas, SP Editora da UNICAMP, 1990 pp. 423-484.

MACEDO, Maria José Herculano (et. al.). **Monitoramento e intensidade das secas e chuvas na cidade de campina grande/PB**. In: Revista Brasileira de Climatologia. XXX, Ano 7, Vol. 8, JAN/JUN/2011, pp. 105-117. 96

MARTINS, José de Sousa. **A chegada do estranho**. São Paulo: Editora Hutitec, 1993.

MARX, Karl. Processo de trabalho e processo de valorização. In: **O Capital, Crítica da Economia Política; Volume I: O Processo de Produção do Capital**. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda, 1996, p. 297-315.

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. Tradução de Yara Aun Houry. In: Projeto História. São Paulo, nº 10, p. 7-28, dez. 1993.

PISO, Guilherme. **História Natural do Brasil Ilustrada**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1948.

RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa (tomo I)**. Tradução de Constança Marcondes Cezar. Campinas, SP: Papyrus, 1994.

SANTOS, Elizangela Gerônimo dos. **Tarimba: Aspectos históricos e culturais de Lagoa Seca (1929-1969)**. Bauru, SP: Canal6, 2007.

SOARES, Marisa Oliveira Santos. **Impactos socioambientais das Casas de Farinha no desenvolvimento das comunidades de Campinhos e Simão – Vitória da Conquista(BA)**. – Ilhéus, Ba: UESC/PRODEMA, (dissertação de mestrado) 2007.

SILVA, Henrique Ataíde. **Mandioca, a rainha do Brasil? Ascensão e queda da manihot esculenta em São Paulo**. São Paulo: USP (dissertação de Mestrado), 2008.

THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da Classe operária inglesa: a árvore da liberdade**. Tradução de Denise Bottmann. 6. ed. São Paulo, SP: Paz e Terra, 2011.

_____. **A miséria da Teoria ou um planetário de erros**. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

_____. **Costumes em Comum**. Revisão técnica de Antônio Negro, Cristina Meneguello, Paulo Fontes. 3. reimpr. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.